

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**  
**CAMPUS DE CACOAL**  
**Departamento Do Curso De Direito**

**DA NECESSIDADE DE TUTELA DO DIREITO À INTIMIDADE EM  
FACE DO DESENVOLVIMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO  
ELETRÔNICA**

**Márcia Letícia Gomes**

**Cacoal-RO**  
**2007**

**MÁRCIA LETÍCIA GOMES**

**DA NECESSIDADE DE TUTELA DO DIREITO À INTIMIDADE EM  
FACE DO DESENVOLVIMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO  
ELETRÔNICA**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado à Universidade Federal  
de Rondônia – UNIR – *Campus* de  
Cacoal, como requisito parcial para  
obtenção do Título de Bacharel em  
Direito, sob a orientação da  
Professora Esp. Claudinéia Duarte da  
S. Gomes.

**Cacoal-RO  
2007**

## **PARECER DE ADMISSIBILIDADE DA PROFESSORA ORIENTADORA**

A acadêmica MÁRCIA LETÍCIA GOMES desenvolveu o Trabalho de Conclusão de Curso sobre o tema “DA NECESSIDADE DE TUTELA DO DIREITO À INTIMIDADE EM FACE DO DESENVOLVIMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA”, obedecendo aos critérios do Projeto de Monografia apresentado ao Departamento de Direito.

O acompanhamento foi efetivo, tendo o desenvolvimento do trabalho observado os prazos pré-estabelecidos.

Assim sendo, a acadêmica encontra-se apta para a apresentação expositiva de sua monografia junto à Banca Examinadora.

Cacoal-Ro, 14 de agosto de 2007.

**Profa. Esp. Claudinéia Duarte**  
**Profa. Orientadora**

**MÁRCIA LETÍCIA GOMES**

**DA NECESSIDADE DE TUTELA DO DIREITO À INTIMIDADE EM  
FACE DO DESENVOLVIMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO  
ELETRÔNICA**

**AVALIADORES**

_____ Profa. Esp. Claudinéia Duarte da S. Gomes - UNIR	_____ Nota
_____ Professor	_____ Nota
_____ Professor	_____ Nota

\_\_\_\_\_  
Média

**Cacoal-Ro  
2007**

Dedico o presente trabalho a meus pais, Nivaldo e Inês, pelo exemplo de luta e coragem que sempre me deram; por terem formado a pessoa que sou, ensinando-me sempre a ser alguém melhor e me acompanhando na caminhada da concretização dos meus sonhos pessoais, dando-me forças quando necessário.

À minha irmã, Juliana Maria, minha verdadeira amiga, que com sua alegria contagia a todos e nos dá forças nos momentos mais difíceis.

Ao meu irmão, Marcos Vinícius, pela generosidade que inspira por ser tão abundante nele.

Aos meus avós, Anastácio e Neulsa, que, apesar da distância, estão sempre dispostos a nos ouvir e ajudar.

Ao meu avô, Victero, exemplo de vitalidade, força e coragem: um verdadeiro presente em nossas vidas.

A toda minha família, pessoas amigas, maravilhosas, companheiras, unidas que estão sempre torcendo por mim e almejando tanto quanto eu o meu sucesso.

A minhas amigas Andréia e Andressa por terem me oferecido a rara oportunidade de vivenciar uma amizade verdadeira.

Ao meu noivo, Jhonata Roger, sua presença me acalmou quando eu pensei que não conseguiria, sua paciência me contagiou quando eu não tinha mais forças para continuar, seu amor é o alimento que me mantém e me leva a lutar sempre mais: com você eu tudo posso.

## Agradeço

À minha orientadora Claudinéia Duarte da S. Gomes, por ter me conduzido na realização do presente estudo, apontando as possibilidades que, sozinha, eu não poderia enxergar.

A todos os professores do Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Unir; pois cada um, à sua maneira, acompanhou nossa caminhada, ampliando nossos conhecimentos.

Ao professor Silvério dos Santos Oliveira, pelo apoio incondicional aos acadêmicos do Curso de Direito.

À professora Maria Lindomar dos Santos, pela dedicação e auxílio a cada um de nós na realização dessa tão difícil etapa que foi a construção de nossas monografias.

Ao meu grande amigo, Gustavo A. da Silva, companheiro, confidente, apoio; a você o meu sincero agradecimento pela amizade maravilhosa que construímos ao longo do curso e que, como um presente para mim, não termina com ele.

Aos meus companheiros maravilhosos, Suéllen Santos de Souza e Alexandre Henriques Rodrigues, vocês tornaram mais fácil minha caminhada, cobrindo de risos as dificuldades e me apoiando nos momentos em que precisei de ajuda, carinho, palavras amigas. Amo vocês!

Aos demais colegas de sala pela convivência enriquecedora e aprendizado conjunto que experimentamos durante a graduação.

*Nunca seria capaz de conceber o tormento medonho, de não poder estar só, ainda que apenas um minuto, durante dez anos que durou a minha prisão. Quer no trabalho, debaixo da escolta, quer na prisão, no meio dos meus duzentos camaradas, nem uma vez – nem uma vez – estive só. E, contudo, como isso me era necessário.*

Dostoiiewski

## RESUMO

Vive-se atualmente a considerada “Era da Informação”, na qual barreiras de ordem espaço-temporal foram quebradas, uma vez que a comunicação se desenvolveu de tal forma a ponto de permitir a rápida troca de informações entre lugares longínquos e diferentes espaços do globo terrestre. Nesse sentido, para o direito, ciência social que é, surgem novas problemáticas que requerem atenção especial e solução em determinados casos, exemplo disso consiste na proteção à intimidade em épocas de tão ágil acesso aos meios de comunicação, cuja tecnologia, concomitantemente, proporcionou inúmeros benefícios e consideráveis problemas, devassando, não raro, a intimidade de usuários de determinados meios de comunicação eletrônica, causando-lhes danos morais e materiais. Diante dessa problemática, observa-se a necessidade de que o direito, dinâmico que é, acompanhe o desenvolvimento social e as situações que dele surgem e que, ainda que mediatamente, lhe interessam. Nesse pensar, o trabalho monográfico desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental contempla a problemática da atenção ao direito à intimidade, contrapondo esse direito à comunicação eletrônica.

**Palavras-Chave:** Direitos da personalidade. Direito à intimidade. Comunicação eletrônica.



## **ABSTRACT**

Nowadays is lived the “Age of the Information”, that space-weather barriers had been broken, because the communication was developed in such a way to allow the fast exchange of information between distant places and different spaces of the globe. So, for the right, a social science, appears a new problematic that requires special attention and solution in determined cases, example of this consists in the protection to the privacy at times of so agile access to the medias, whose technology, concomitantly, provided to innumerable benefits and considerable problems, invading, not rare, the privacy of the users of determined electronic medias, causing pain and suffering to them and material damages. Ahead of this problematic, is observed the necessity of that the right, being dynamic, follows the social development and the situations that appears and that, despite mediately, interest to the right. In this think, the paper was developed by means of bibliographical research and documentary monographic work contemplates the problematic of the attention to the right to the privacy, opposing this right to the electronic communication.

**Key Words:** Personality rights. Privacy right. Electronic communication.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>1 DESENVOLVIMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA</b>	<b>14</b>
1.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA	14
1.2 DO FUNCIONAMENTO DA INTERNET	16
<b>2 DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE</b>	<b>21</b>
2.1 INTIMIDADE E VIDA PRIVADA	24
2.2 O DIREITO À INTIMIDADE COMO GARANTIA FUNDAMENTAL	28
2.2.1 Características do direito à intimidade	33
2.2.1.1 Generalidade	33
2.2.1.2 Extrapatrimonialidade	33
2.2.1.3 Absolutismo	34
2.2.1.4 Inalienabilidade	34
2.2.1.5 Imprescritibilidade	35
2.2.1.6 Intransmissibilidade em razão da morte	35
<b>3 DIREITO À INTIMIDADE E COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA</b>	<b>37</b>
<b>4 ASPECTOS JURÍDICOS DA INTERNET</b>	<b>46</b>
4.1 INICIATIVAS NO CAMPO LEGISLATIVO NO SENTIDO DE PROTEGER OS USUÁRIOS DA REDE	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>63</b>

<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>65</b>
--------------------	-----------

<b>ANEXOS</b>	<b>70</b>
---------------	-----------

## INTRODUÇÃO

A sociedade, no contexto de seu desenvolvimento, envolve o homem em uma imensa rede de significações, relações e linguagens, as quais são invadidas de complexidade e passíveis de sofrer mudanças vertiginosas. Dentre as inovações desenvolvidas pelo homem no percurso de sua evolução destacam-se os meios de comunicação, uma vez que esses foram se tornando cada vez mais modernos e sofisticados, resultando em amplas possibilidades de manutenção de contato entre pessoas de diferentes continentes, assim como de acesso ao saber socialmente acumulado.

Desde os inscritos rupestres, maneira rudimentar de comunicação que liga passado e presente e permite entrar em contato com os conhecimentos construídos nessa fase do desenvolvimento até a explosão da Internet, que vem a cada dia superando obstáculos sociais, geográficos e religiosos, o homem vem se dedicando incansavelmente ao desenvolvimento dos meios de comunicação, movido pelo desejo de perpetuar seu conhecimento, transmitindo-o às futuras gerações.

As pessoas têm, diariamente, suas casas invadidas por turbilhões de informações oriundas dos mais diversos meios de comunicação, o que leva a perceber que a construção do conhecimento e acesso ao mesmo têm ocorrido em todos os momentos.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a população, de modo geral, se sente grata por descobertas humanas que facilitam sua vida, surgem alguns problemas resultantes de tal desenvolvimento.

Dentre os direitos destinados à personalidade figura o direito à intimidade. Ante os avanços notáveis da comunicação eletrônica surgiram ameaças à proteção do mencionado direito, o que será abordado pelo trabalho desenvolvido.

Considerando que o direito consiste em campo do conhecimento eminentemente social e dinâmico, entende-se que esse deva estar apto a acompanhar a evolução social, adequando-se, quando necessário, aos problemas surgidos nessa.

O mundo moderno atravessa um período marcado pela quebra de barreiras espaço-temporais, enquanto se fala em globalização e tecnologia, encurtam-se distâncias e promove-se a integração mundial.

Como não poderia deixar de ser, ao lado dos benefícios surgem, também, equívocos e problemas, dentre os quais, a necessidade de proteção dos dados trocados na Rede Mundial de Computadores – Internet.

Entendendo que a tutela dos dados consiste em área a ser abrangida pelo direito, o presente estudo destina-se a abordar a questão do direito à intimidade, garantido constitucionalmente, sua evolução no panorama atual e a necessidade de aplicação de tal direito na sociedade hodierna.

Nesse sentir, pode-se afirmar que o objetivo central para o desenvolvimento do presente estudo consistiu em examinar a necessidade de proteção do direito à intimidade no contexto da comunicação eletrônica que, não raro, ameaça tal direito.

Para consecução do objetivo geral, buscou-se, especificamente, entender o desenvolvimento histórico da Internet e seu funcionamento a fim de evidenciar de que maneira se processa a comunicação eletrônica; analisar os direitos da personalidade, juntamente com suas características, com especial interesse no direito à intimidade; relacionar o direito à intimidade com a comunicação eletrônica para, por fim, estabelecer as relações existentes entre direito e internet no que se refere à proteção da intimidade dos usuários da Rede Mundial de Computadores ou Grande Rede.

O método adotado para a realização do estudo foi o indutivo e a pesquisa realizada mediante revisão bibliográfica e documental, os resultados da pesquisa são apresentados por meio do trabalho monográfico construído a partir dos mesmos.

Diante de tais considerações justifica-se a realização do presente estudo dada a atualidade do tema e a necessidade de que sejam discutidas as situações que vêm ocorrendo no mundo fático e interessam ao direito que ainda não se debruçou sobre a questão em tela. Para o pesquisador, abre-se a possibilidade de um conhecimento amplo e irrestrito do problema investigado, bem como do ordenamento jurídico de maneira geral; para a comunidade, a possibilidade de ver uma questão controversa sendo discutida cientificamente e, para a comunidade científica, a proposta de que sejam desenvolvidos novos trabalhos envolvendo a temática ora em discussão.

## 1 DESENVOLVIMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

### 1.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA

De acordo com Oliveira<sup>1</sup> o primeiro esboço do que hoje é conhecido por *Internet* ocorreu em agosto de 1962 (mil novecentos e sessenta e dois) quando J. C. R. Licklider concebeu a idéia de uma rede global de computadores interconectados por meio da qual todas as pessoas poderiam agilmente acessar informações.

Em 1961, no entanto, já havia sido publicado um livro por Leonard Kleinrock que dispunha acerca da comunicação por meio da troca de pacotes – meio de tráfego de informações na Internet. Em 1965 (mil novecentos e sessenta e cinco), pela primeira vez, dois computadores foram conectados por meio de uma linha telefônica por Roberts e Thomas Merrill e, assim, percebeu-se que era viável a construção de uma rede de computadores.

Oliveira<sup>2</sup> acentua ainda que Kleinrock desenvolveu o Plano para Arpanet enquanto Ronald Davis e Roger Scantlebury dedicavam-se a analisar a comunicação por meio de pacotes e, ainda, havia um projeto que pesquisava redes de computadores. Esses trabalhos foram desenvolvidos simultaneamente sem que, no entanto, um tivesse conhecimento do outro. Da intersecção entre essas três iniciativas surgiu a INTERNET – rede mundial de computadores.

No dizer de Pereira:

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Celso Marcelo de. **Direito tributário e a internet**. Campinas: LZN, 2004, p. 33.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Celso Marcelo de. *op. cit.*, p. 34.

Ainda que o surgimento da Internet para a sociedade tenha ocorrido somente no ano de 1995, sua origem remonta ao ano de 1969. Desde as investigações levadas a cabo por alguns cientistas nos anos de 1960 até os dias atuais, o que hoje concebemos por Internet é fruto de muitas transformações. O surgimento da Rede, bem como seu desenvolvimento, foi, e ainda é, um processo duradouro, o qual já compreende mais de três décadas e que, todavia, não terminou, tendo em vista que muitas tecnologias estão sendo desenvolvidas para incrementar e melhorar o uso da Internet.<sup>3</sup>

Pereira<sup>4</sup> faz considerações sobre a motivação que levou às primeiras investigações sobre Redes de Computadores e salienta que isso ocorreu por conta de um embate entre as duas grandes potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, nas décadas de sessenta e setenta. Como a União Soviética vinha se destacando no desenvolvimento bélico e tecnológico, os Estados Unidos procuraram um meio de comunicação que fosse capaz de suportar um ataque de mísseis soviéticos e, mesmo, um ataque nuclear.

Oliveira assim observa:

Em vista dos benefícios alcançados na área da pesquisa militar, observou-se que esta tecnologia poderia se estender a uma ampla gama de conhecimentos, atraindo assim a atenção de pesquisadores ligados a outras áreas. Várias outras redes se conectaram com a ARPANET, promovendo o crescimento desta. Com esse crescimento, foram sendo descobertos outros benefícios que poderiam ser alcançados; desta forma, o objetivo original passou a ser aos poucos substituído por metas mais abrangentes. A partir de então, começou um grande crescimento da rede. Devido a este crescimento, o Departamento de Defesa Norte-Americano formou uma rede própria, chamada MILNET, separando-se da original ARPANET. Ambas, então, passaram a ser conhecidas como DARPA Internet, hoje "Internet". Com sua expansão, a Internet passou a conectar-se com várias outras redes em diversos países do mundo.<sup>5</sup>

A Arpanet foi apresentada em público pela primeira vez em 1972 (mil novecentos e setenta e dois) em Washington; no ano seguinte, a mencionada rede tornou-se internacional e, em seguida, criou-se uma rede pública, a Telenet. A

---

<sup>3</sup> PEREIRA, Marcelo Cardoso. **Direito à intimidade na internet**. Curitiba: Juruá, 2004, p. 22.

<sup>4</sup> PEREIRA, Marcelo Cardoso. *op. cit.*, p. 23.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Celso Marcelo de. *op. cit.* p. 37.



década de oitenta é caracterizada pela evolução da rede e adoção da denominação *Internet*.<sup>6</sup>

A partir de então (década de noventa e momento atual) o uso da rede se popularizou cada vez mais, o que se intensificou com a criação e desenvolvimento de navegadores<sup>7</sup>, sendo que, desde então, surgem, a cada dia, novos usuários, redes e aplicações.

De acordo com Rocha Filho, em sua curta existência, a rede mundial de computadores passou por três grandes transformações, e, atualmente, vive a quarta mudança em seus fins. Foi constituída na condição de ferramenta bélica, foi transformada em instrumento acadêmico, voltou-se posteriormente para a realização de negócios, juntamente com a inovação na comunicação global instantânea e, atualmente, tem se configurado em uma imensa base de dados, que podem ser captados e trocados de maneira descentralizada e desprovida de qualquer forma de controle.<sup>8</sup>

O último aspecto destacado é o que vem preocupando populares, estudiosos e juristas no que se refere à proteção da intimidade em senda de comunicação eletrônica.

## 1.2 DO FUNCIONAMENTO DA INTERNET

Para que se desenvolvam considerações sobre o funcionamento da *Internet* convém, primeiramente, estabelecer uma conceituação para o fenômeno em estudo, o que é feito por Luna Filho nos seguintes termos: “[...] consiste de um conjunto de

---

<sup>6</sup> PEREIRA, Marcelo Cardoso de. *op. cit.*, p. 23-30.

<sup>7</sup> Browsers para acesso à Internet como Mosaic, Netscape Navigator, Internet Explorer e outros.

<sup>8</sup> ROCHA FILHO, Valdir de Oliveira (coord.). Violação de direitos de propriedade intelectual através da Internet. IN: **O direito e a internet**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 165.

tecnologias para acesso, distribuição e disseminação de informação em rede de computadores”.<sup>9</sup>

Gandeman *apud* Oliveira, por sua vez, traça os seguintes contornos para o conceito de Internet: “[...] uma vasta coleção de grandes e pequenos computadores interligados em redes que se estendem pelo mundo inteiro”.<sup>10</sup>

Para Neme e Nasrallah *apud* Oliveira a Internet pode ser conceituada: “[...] como uma rede de computadores, por onde trafegam dados e conhecimentos, de âmbito mundial, que visa à total liberdade de troca de informações, o que torna possível a ocorrência de uma integração universal”.<sup>11</sup>

Esther Dyson *apud* Oliveira, de sua parte, entende que a Internet é: “[...] um ambiente vivo, um lugar onde as sociedades, as comunidades e as instituições possam crescer, a estrutura emerge das ações individuais em vez de originar-se de alguma autoridade ou governo central”.<sup>12</sup>

Perpassa as concepções acima elencadas a idéia principal de compartilhamento, do que se infere que a Internet consiste em ambiente de troca de dados e informações. Vale acrescentar, no entanto, a expressão empregada por Neme e Nasrallah “total liberdade”, ou seja, qualquer conteúdo pode ser distribuído na internet e, ainda, Dyson assevera que a Internet se constitui de ações individuais sem que haja qualquer controle central sobre elas, assim, nesse ambiente em que a comunicação é tão fácil e livre, não seria surpreendente se excessos ocorressem, não raro, prejudicando determinadas pessoas, constatação que motivou a realização do presente.

Diante de tais considerações cabe discorrer acerca do funcionamento da Internet, ao que se pode afirmar que essa se constitui em forma de espinhas dorsais das quais saem ramificações que são os provedores; a comunicação, nesse

---

<sup>9</sup> LUNA FILHO, Eury Pereira. **Internet no Brasil e o direito no ciberespaço**. Disponível em <<http://infojur.ccj.ufsc.br/arquivos/informaticajuridica/doutrina/internetnobrasileodireitonociberespaço.html>>. Acesso em 09-09-2006 às 19h37min.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Celso Marcelo de. *op. cit.*, p. 46.

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Celso Marcelo de. *op. cit.*, p. 47.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Celso Marcelo de. *op. cit.*, p. 47.

ambiente, se efetiva mediante a comutação de pacotes, o que, para Pereira<sup>13</sup> quer dizer que cada mensagem é dividida em partes menores e enviada; para o autor acima citado, as vantagens de tal sistema de comunicação estão no fato de que:

Essa tecnologia apresenta, pelo menos, duas vantagens, a saber: 1) que a informação possa ser transmitida por caminhos ou rotas alternativas, sendo capaz de alcançar seu destino ainda que o caminho originariamente traçado esteja obstruído por qualquer motivo, e 2) no caso de que uma das partes da informação objeto da transmissão se perca na transferência, não será necessário reenviar toda a informação ou mensagem, bastando que seja reenviada somente a parte faltante.<sup>14</sup>

No mesmo sentido:

O sistema de transmissão de dados por *packet switching*, ou, em tradução livre, “fases de pacotes”, se origina do próprio conceito primitivo de Arpanet, ou seja, da necessidade de garantir o fluxo de dados mesmo com comprometimento de parte do sistema. Os dados não são transmitidos de modo contínuo, unidirecional e em conjunto, mas, ao contrário, são fracionados em “pacotes” e enviados sem um caminho físico predefinido, para que os mecanismos de ordenamento de fluxo de dados definam qual o melhor caminho possível para que os dados cheguem ao seu endereço lógico de destino.<sup>15</sup>

Greco, de sua parte, entende que:

[...] ao invés de enviar a mensagem em bloco os equipamentos eletrônicos fracionam a mensagem em pedaços enviando cada um deles pelo caminho dentro da rede que estiver disponível, vale dizer que não esteja comprometido. Dentre outras instruções, nesses pacotes há a indicação do número de pacotes de que é formada a mensagem como um todo, bem como a sequência em que cada um dos pacotes deve ser colocado para “montar o quebra-cabeça”.<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> PEREIRA, Marcelo Cardoso. *op. cit.*, p. 39.

<sup>14</sup> PEREIRA, Marcelo Cardoso. *op. cit.*, p. 39.

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Celso Marcelo. *op. cit.*, p. 47.

<sup>16</sup> GRECO, Marco Aurélio. **Internet e direito**. São Paulo: Dialética, 2000, p. 126.

O que identifica determinado computador dentro da rede e, portanto, as mensagens que esse encaminha, é o IP – Protocolo da Internet<sup>17</sup>. Nesse sentido, Oliveira expõe que:

O principal protocolo de comunicação usado na Internet é o chamado Protocolo da Internet. Normalmente abreviado como IP, este protocolo especifica detalhadamente a linguagem de interação dos computadores. Ele determina como um “pacote” deve ser formado e como um roteador<sup>18</sup> deve enviá-lo para o destino. O IP também define um esquema de endereços que designa a cada computador um número único que será usado em todas as operações. Para tornar possível o envio e a entrega dos “pacotes”, cada computador conectado à Internet deve ter um endereço. Como os endereços usados por redes convencionais, os endereços usados pela Internet são numéricos. Internamente, o computador armazena o endereço IP em quatro unidades binárias chamadas bytes.<sup>19</sup>

O protocolo http, por sua vez, é empregado para transferir informações entre usuário e servidor, ou seja, para que sejam transmitidas pela Web. Dentre os principais serviços disponibilizados pela Internet figuram: correio eletrônico, serviços de telefonia, *chats web*, sistemas de mensagens instantâneas, videoconferência, entre outros.

Em resumo:

Através da Internet é possível realizar várias aplicações, entre elas a apresentação e visualização de dados e informações sob forma gráfica, a transferência de informações ordenadas em arquivos armazenáveis e processáveis por computador, a transferência de imagem e som, a consulta à distância a arquivos de dados, imagens e sons, a comunicação entre dois ou mais terminais remotos. São essas características operacionais e instrumentais que estão ocasionando verdadeira revolução nas relações e interações dos usuários. Em razão de não existir na Internet um único meio e particular modo de operar o sistema de tráfego de dados, uma vez que podem ser utilizados tanto a rede pública de telecomunicações quanto o sistema de transmissão de TV a cabo, as transmissões via satélite ou as redes de fibras óticas, o funcionamento do sistema tráfego de dados não observa limites materiais. Além disso, não existe, uma sede geográfica definida para a realização das operações que a rede propicia, isto porque as

---

<sup>17</sup> Quatro séries de números que vão de 0 a 56 formam um número armazenado em quatro bytes que constitui o endereço do computador.

<sup>18</sup> Tem por escopo garantir o fluxo ininterrupto de dados, evitando congestionamentos que provoquem danos ao sistema.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, Celso Marcelo de. *op. cit.*, p. 49.

características técnicas e operacionais da Internet são desprovidas de uma hierarquização, é descentralizada.<sup>20</sup>

Diante do exposto, torna-se evidente a amplitude e abrangência que atingiu a circulação de informações no âmbito digital, pois esse meio de comunicação, como demonstrado até o presente momento, não conhece fronteiras ou limites geográficos o que, para a disciplina jurídica, cria novas perspectivas e dificuldades, como será evidenciado no decorrer do trabalho.

---

<sup>20</sup> MORI, Michelle Keiko. **Direito à intimidade versus informática**. Curitiba: Juruá, 2004, p. 63.

## 2 DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Serão abordados no presente capítulo tópicos relacionados aos Direitos da Personalidade, com especial atenção ao direito à intimidade, suas características e a compreensão do mesmo enquanto garantia fundamental.

São entendidos como Direitos da Personalidade aqueles que recaem sobre a pessoa. Para melhor compreensão dessa espécie de direitos convém compreender, primeiramente, o que seja pessoa na esfera jurídica, o que é tratado por Szaniawski da seguinte maneira:

Pessoa é o ser humano, singularmente considerado como sujeito de direitos. A doutrina civilista tem conceituado pessoa como uma entidade imaterial, abstrata e individual ou coletiva, suscetível de direitos e obrigações. [...] Temos então que, de acordo com o pensamento predominante, pessoa é sinônimo de sujeito de direitos.<sup>21</sup>

Constatando que pessoa é considerada todo sujeito de direitos cumpre-nos desenvolver o conceito de personalidade para que seja possível compreender os direitos atribuídos à mesma.

Silva estabelece a definição de personalidade nos seguintes termos:

Personalidade, em sentido jurídico, tem sido repetidamente concebida como aptidão para ser sujeito de direitos e obrigações no mundo jurídico. Toda pessoa humana tem essa aptidão, de acordo com todos os sistemas jurídicos, no estágio atual da nossa civilização. Trata-se, pois, de direito

---

<sup>21</sup> SZANIAWSKI, Elimar. **Consideração sobre os direitos da personalidade na Antiga Roma**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993, p. 367.

inato, bastando o nascimento com vida para que se reconheça à pessoa humana essa aptidão.<sup>22</sup>

De acordo com o autor acima citado torna-se possível inferir que a personalidade consiste na capacidade que todos têm de ser titulares de direitos e obrigações, ressaltando que isso não consiste em uma habilidade adquirida, mas inata, uma vez que o nascimento com vida já atribui personalidade ao indivíduo.

A definição apresentada acima se mostra de forma objetiva e específica, no entanto, é válido observar outras concepções de personalidade, como as seguintes.

Para Telles Junior *apud* Fregadolli personalidade é:

[...] o conjunto dos caracteres próprios de um determinado ser humano. É o conjunto dos elementos distintivos que permite, primeiro, o reconhecimento de um indivíduo como pessoa e, depois, como uma certa e determinada pessoa.<sup>23</sup>

Maria Helena Diniz<sup>24</sup>, na esteira desse pensamento, ensina que:

[...] a personalidade consiste no conjunto de caracteres próprios da pessoa. A personalidade não é um direito, de modo que seria errôneo afirmar que o ser humano tem direito à personalidade. A personalidade é quem apóia os direitos e deveres que dela irradiam, é objeto do direito, é o primeiro bem da pessoa, que lhe pertence como primeira utilidade, para que ela possa ser o que é, para sobreviver e se adaptar às condições ao ambiente em que se encontra, servindo-lhe de critério para aferir, adquirir e ordenar outros bens.

Tem-se, a partir dos dois entendimentos acima expostos que a personalidade, enquanto traço inato do ser humano, é a característica peculiar que lhe confere a capacidade de ser detentor de direitos e sujeito de obrigações.

---

<sup>22</sup> SILVA, Edson Ferreira da. **Direito à intimidade**. 2 ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003, p. 07.

<sup>23</sup> FREGADOLLI, Luciana. **O direito à intimidade e a prova ilícita**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p. 21.

<sup>24</sup> DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1985, p. 83.

A despeito das concepções apresentadas e em relação ao conteúdo das mesmas, Roque<sup>25</sup> observa que entender personalidade restritamente como o permissivo para que a pessoa seja sujeito de direitos e obrigações não abrange a totalidade do conceito de personalidade, uma vez que tal definição não contempla bens e interesses como vida, liberdade, privacidade e outros que são direitos inerentes à personalidade e não direitos facultados pela existência dessa.

A ressalva feita pela autora é pertinente e se adequa à explanação de direitos da personalidade, dentre eles o direito à intimidade. Compartilha de tal entendimento Fregadolli<sup>26</sup> e o expõe da seguinte maneira:

Assim, a personalidade é parte do indivíduo, a parte que lhe é intrínseca, pois através dela a pessoa poderá adquirir e defender os demais bens. Todo homem tem a sua personalidade, independentemente do que manda o Direito. Como um bem do homem, a personalidade pode ser defendida contra quaisquer agressões. A coletividade, por meio de normas do Direito Positivo, confere autorização ao homem para defender a sua personalidade, exatamente como o autoriza a defender seus demais bens. Dessa forma, as autorizações, dadas pelas leis a todos, de defenderem seus atributos e expressões de suas respectivas personalidades, constituem a classe dos direitos chamados Direitos da Personalidade.

Diante dos entendimentos e concepções acerca da definição de pessoa e personalidade é possível afirmar que os Direitos da Personalidade não consistem restritamente em uma faculdade que detém o indivíduo de ser sujeito de direitos, além disso, os direitos da personalidade dizem respeito à proteção da individualidade e dignidade da pessoa humana como se verá adiante.

É nesse sentido que Orlando Gomes observa que os direitos da personalidade são aqueles considerados essenciais à pessoa humana e aptos a resguardar a dignidade da mesma, preservando-a de atentados provocados por outros indivíduos.<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> ROQUE, Maria José de Oliveira Lima. **Sigilo bancário e direito à intimidade**. Curitiba: Juruá, 2006, p. 17.

<sup>26</sup> FREGADOLLI, Luciana. *op. cit.* p. 22.

<sup>27</sup> GOMES, Orlando. **Introdução ao direito civil**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993, p. 153.



Ora, diante de tal consideração torna-se evidente que os direitos da personalidade não consistem apenas em direitos de defender direitos, mas de defender bens como a integridade da pessoa, sua maneira de agir, suas qualidades e atributos, bem como tudo aquilo que lhe é próprio, a exemplo de: autoria, crença, cultura, talento, vocação, inocência, honra, intimidade, imagem, identidade, dentre outros.

Assim, Bittar assevera que os direitos da personalidade:

[...] existem antes e independentemente do direito positivo, como inerentes ao próprio homem, considerado em si e em suas manifestações [...] a inserção em códigos ou em leis vem conferir-lhes a proteção específica e mais eficaz – e não lhes ditar a existência – desde que identificados e reconhecidos, em vários sistemas, muito antes mesmo de sua positivação.  
28

Do exposto, tem-se que, para o autor, os direitos da personalidade independem de leis que os positivem, por serem inerentes ao ser humano. Quanto a isso vale salientar que alguns dos direitos da personalidade foram reconhecidos primeiramente pela doutrina para, depois, serem positivados por leis específicas.

## 2.1 INTIMIDADE E VIDA PRIVADA

A necessidade de estar só se coloca para o homem em diversos momentos de sua vida, seja no âmbito pessoal ou no profissional. Dessa necessidade de isolamento e resguardo de elementos da vida íntima surge o conceito de privacidade, ou seja, a prerrogativa concedida constitucionalmente ao indivíduo para que esse proteja aqueles fatores que deseja que não sejam conhecidos pelos demais.

---

<sup>28</sup> BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. São Paulo: Forense Universitária, 1989, p. 08.

Quanto aos aspectos históricos referentes ao surgimento do conceito de intimidade Mori<sup>29</sup> observa que a mesma teve suas primeiras manifestações à época do nascimento da burguesia e sua fixação enquanto classe social, uma vez que a melhoria das condições sociais e econômicas fez com que as pessoas sentissem a necessidade de proteger alguns aspectos de sua vida íntima.

O direito à intimidade recebe diversos nomes nos ordenamentos jurídicos estrangeiros, entretanto, independentemente da denominação, o conceito de intimidade é bastante próximo em todos eles. Convém, no entanto, observar que existem algumas dificuldades na questão terminológica, pois, não raro, são usados como equivalentes os termos intimidade, privacidade e vida privada, motivo pelo qual se faz necessária uma explanação sobre tais conceitos.

Nesse sentido, Pereira:

Não raras vezes, a doutrina e a jurisprudência empregam indistintamente os termos intimidade e privacidade, bem como a expressão vida privada. Isso gera, como consequência, uma relativa confusão no que tange aos seus concretos significados. Devemos ressaltar que uma parte significativa da doutrina jurídica reconhece a dificuldade de elaboração de um conceito de intimidade. E esta dificuldade faz-se presente, com a mesma intensidade, no momento de definir (leia-se conceituar) privacidade e vida privada. Sobre este tema autores há os quais atribuem a falta de precisão dos conceitos de intimidade e vida privada à origem (anglo-saxão) do direito à intimidade.<sup>30</sup>

A intimidade pode ser entendida como o aspecto mais interiorizado da pessoa, compreendendo seus pensamentos, idéias e emoções. Cooley *apud* Herrero-Tejedor<sup>31</sup> entende que o direito à intimidade refere-se ao direito de estar só, de ser deixado em paz.

---

<sup>29</sup> MORI, Michele Keiko. *op. cit.*, p. 13.

<sup>30</sup> PEREIRA, Marcelo Cardoso. *op. cit.*, p. 110.

<sup>31</sup> HERRERO-TEJEDOR, Fernando. **La intimidad como derecho fundamental**. Madrid: Colex, 1998, p. 20.

Para Vidal Martínez<sup>32</sup> é apenas em sua vida íntima que o indivíduo tem liberdade, o que é reiterado por Bajo Fernández<sup>33</sup> que acredita que nessa oportunidade a pessoa pode, efetivamente, desenvolver sua personalidade.

A vida privada, de sua parte, pode ser conceituada da seguinte forma:

Genericamente, a vida privada abrange todos os aspectos que por qualquer razão, não gostaríamos de ver cair no domínio público; é tudo aquilo que não deve ser objeto do direito à informação nem da curiosidade da sociedade moderna que, para tanto, conta com aparelhos altamente sofisticados.<sup>34</sup>

Na esteira desse pensamento, Gianotti defende que:

Da noção de anonimato, vida interior, vida pessoal e vida familiar do homem. Cada qual teria o direito a uma esfera secreta de vida, com o afastamento de terceiros. Parece aqui implícita a idéia de um espaço físico onde a intimidade possa ser vivida. A casa e sua inviolabilidade, acrescida do alheamento por parte de terceiros dos fatos íntimos que aí ocorrem, representam condições fundamentais para o exercício do direito à intimidade. Sem a exclusão de outros direitos.<sup>35</sup>

A intimidade consiste em aspecto bastante limitado, referente ao interior, ao lado espiritual da pessoa; a vida privada, por sua vez, tem aceção mais abrangente e localiza-se intermediariamente ao que não está compreendido na esfera íntima, mas que, também, não transpassa à esfera pública. Nesse pensar, tem-se que a convivência do indivíduo com pessoas queridas: familiares, colegas de trabalho, diz respeito à sua vida privada que compreende, inclusive, aspectos econômicos, sociais e culturais, entretanto, os sentimentos e o tipo de relacionamento que tem com essas mesmas pessoas ou aspectos pertence à sua intimidade.

---

<sup>32</sup> MARTÍNEZ, Jaime Vidal. **En torno al concepto y naturaleza jurídica del derecho a la intimidad personal y familiar**. Revista general de derecho, XXXVII, n. 436-437, ene/feb. Valencia, 1981, p. 05.

<sup>33</sup> FERNANDEZ, Miguel Bajo. **Protección del honor y de la intimidad**. Madrid: Edersa, 1982, p. 100.

<sup>34</sup> DOTI, René Ariel. **Proteção da vida privada e liberdade de informação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980, p. 71.

<sup>35</sup> GIANOTTI, Edoardo. **A tutela constitucional da intimidade**. Rio de Janeiro: Forense, 1987, p. 10.

Estabelecendo uma relação entre intimidade e vida privada, Pereira ensina que:

Já podemos notar a estreita relação existente entre intimidade e vida privada. Em ambas, é o próprio comportamento da pessoa que determinará o âmbito, se é que se pode determiná-lo com exatidão, de sua vida privada e de sua intimidade. Essa afirmação merece, contudo, uma observação, de fato somente a própria pessoa, pelo seu comportamento, pode estabelecer o âmbito de sua intimidade, entendida em seu sentido mais estrito.<sup>36</sup>

Para Moraes<sup>37</sup> “Os conceitos constitucionais de intimidade e vida privada apresentam grande interligação, podendo, porém, ser diferenciados por meio da menor amplitude do primeiro que se encontra no âmbito de incidência do segundo”.

Entende-se, a partir do exposto, que a intimidade se manifesta para o interior da pessoa, não sendo condicionada por fatores sociais, ao passo que a vida privada volta-se para o exterior, relacionando-se, portanto, com as esferas política, econômica, cultural.

Deve-se salientar, por oportuno, que a subjetividade que cerca os conceitos de intimidade e vida privada torna difícil a exatidão no tratamento de tais termos, motivo pelo qual parte da doutrina, como ensina Pereira<sup>38</sup>, optou por adotar o conceito amplo de intimidade que traz em seu bojo a concepção de vida privada. Assim, no prosseguimento do presente estudo, tratar-se-á de intimidade em sentido lato, compreendendo também a vida privada.

No que se refere ao conceito de privacidade, Pereira<sup>39</sup> entende que esse equivale ao conceito de vida privada, não se confundindo com o de intimidade, embora haja discussões doutrinárias a respeito de tal aspecto terminológico.

---

<sup>36</sup> PEREIRA, Marcelo Cardoso. *op. cit.*, p. 115.

<sup>37</sup> MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 80.

<sup>38</sup> PEREIRA, Marcelo Cardoso. *op. cit.*, p. 116.

<sup>39</sup> PEREIRA, Marcelo Cardoso. *op. cit.*, p. 122.

O direito à intimidade seria, nesse contexto, a possibilidade de resguardar juridicamente os aspectos íntimos da vida da pessoa e seus desdobramentos, como se passará a expor no item seguinte.

## 2.2O DIREITO À INTIMIDADE COMO GARANTIA FUNDAMENTAL

Os direitos do homem foram sendo discutidos com diferentes nuances ao longo do processo histórico e receberam diversas denominações de acordo com a época e o local em que aconteceram, dentre essas denominações tem-se a de direito fundamental, esse nome é dado porque tais direitos servem de fundamento a outros derivados ou subordinados a eles.

De acordo com Mori<sup>40</sup> a positivação dos direitos fundamentais iniciou-se na Idade Média, pois, por meio da difusão do cristianismo, o pensamento passou a se voltar com mais cuidado para os direitos fundamentais, chamando a atenção para que os mesmos fossem positivados e, portanto, constassem de normas.

Mori<sup>41</sup>, estabelecendo a evolução histórica dos direitos fundamentais, lista documentos decisivos para a conceituação e normatização de tais direitos, dentre os quais: Magna Carta de 1215 na Inglaterra; Declarações Americanas de Direitos em diversos estados dos Estados Unidos como Virginia e, até mesmo, a própria Declaração da Independência dos Estados Unidos por volta de 1776; Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão na França, de 1789.

O conjunto dos documentos acima listados deixou uma espécie de legado para o direito constitucional de modo geral, uma vez que inúmeros outros Estados passaram a adotar tais concepções.

No Brasil, mesmo quando não existia legislação específica quanto ao direito à intimidade, esse já se manifestava em diversos dispositivos legais, a exemplo do

---

<sup>40</sup> MORI, Michele Keiko, *op. cit.*, p. 16.

<sup>41</sup> MORI, Michele Keiko, *op. cit.*, p. 17.

Código Civil de 1916 que tutelava a privacidade da vida doméstica, dispondo a respeito da vizinhança e estabelecendo limites à proximidade entre construções prediais e similares. Outro exemplo consiste no sigilo da correspondência, que também se achava resguardado no diploma civil de 1916.

Diante de tais exemplos pode-se afirmar que:

Merecem tutela, no âmbito do direito à intimidade, todos os fatos ou situações cujo desvelamento possa acarretar alguma consequência ruim para a pessoa. Somente um interesse mais alto, segundo a hierarquia de valores adotada pela ordem jurídica, pode excepcioná-lo.<sup>42</sup>

Consoante tal entendimento veio, finalmente, à lume, a proteção constitucional do direito à intimidade com a Constituição Federal de 1988, nos seguintes termos:

**Art. 5º.** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI – a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

A previsão constitucional do direito à intimidade e sua elevação à categoria de direito fundamental conferiu a tal direito a garantia de cláusula pétrea e, ainda, a aplicação imediata.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> SILVA, Edson Ferreira da. *op. cit.*, p. 147.

<sup>43</sup> DINIZ, Maria Helena. **Norma constitucional e seus efeitos**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1992, p. 99.

Observe-se que no texto constitucional, assim como discutido anteriormente, surgem as duas nomenclaturas, a saber: intimidade e vida privada. Tal problema, apesar de já solucionado anteriormente, é comentado por Grinover que salienta sua amplitude nos seguintes termos:

O direito à intimidade integra a categoria dos direitos da personalidade; e suas manifestações são múltiplas: o direito à imagem, à defesa do nome, à tutela da obra intelectual, à inviolabilidade do domicílio, o direito ao segredo (epistolar, documental, profissional) são apenas algumas de suas expressões, não se tratando de um rol taxativo, uma vez que a tutela da intimidade poderá ser estendida a novos atributos da personalidade. O direito ao segredo ou o direito ao respeito da vida privada objetiva impedir que a ação de terceiro procure conhecer e descobrir aspectos da vida privada alheia; por outro lado, o direito à reserva ou direito à privacidade sucede o direito ao segredo, compreendendo a defesa da pessoa da divulgação de notícias particulares, embora legitimamente conhecidas pelo divulgador.<sup>44</sup>

Assim, tem-se no ordenamento brasileiro a entrada da proteção constitucional da intimidade, a isso se segue o Novo Código Civil que, em seu artigo 21, dispõe que: “A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma”.

O artigo em tela, embora breve, demonstra claramente a intenção do legislador em preservar a intimidade da pessoa. Há que se observar, no entanto, que apesar de os dispositivos legais ora mencionados se reportarem diretamente ao direito à intimidade, a exegese na aplicação de tais dispositivos e o equacionamento das normas com determinados casos concretos cabe ao aplicador do direito, que, não raro, encontrará dificuldades no deslinde de tais questões.

Nesse sentido, Silva assevera que:

---

<sup>44</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini. **Liberdades públicas e processo penal**. São Paulo: Saraiva, 1976, p. 42.

O difícil é estabelecer objetivamente o conteúdo de aspectos da vida das pessoas que deva ser velado ao conhecimento público, de acordo com um senso comum, detectável em cada época e lugar. No entanto, é indispensável que tais aspectos da vida privada sejam pelo menos determináveis ou identificáveis em cada situação, de acordo com os valores sociais vigentes.<sup>45</sup>

Assim, a questão se mostra de maneira flutuante e com campo de ação limitado ao contexto de ocorrência. Nesse sentido, Pereira<sup>46</sup> atenta para a existência de duas concepções de direito à intimidade, a primeira que o entendia como instrumento de defesa contra intromissões e a segunda que defende que o direito à intimidade consiste em instrumento de controle de informações que saem da esfera pessoal para a social. A primeira corrente foi defendida por Warren e Brandeis por volta de 1890 nos Estados Unidos e a segunda por Westin em 1970.

Dessa forma, vale salientar que:

[...] se o aspecto negativo, de defesa, do direito à intimidade vincula-se com a dignidade humana garantindo às pessoas um âmbito de proteção no qual as mesmas possam desenvolver-se como seres humanos, o status positivo, de controle, do direito à intimidade está ligado à idéia de liberdade. Concretiza-se na liberdade de decidir sobre suas informações pessoais.<sup>47</sup>

Tratando, ainda, desses dois aspectos, à guisa de conclusão dos mesmos, é de notar que pelo ponto de vista da defesa, destina-se à pessoa a possibilidade de resguardar sua intimidade de interferências de terceiros em sua vida privada e sob a ótica do direito à intimidade como controle, tem-se a prerrogativa de decidir com quem e quando devem ser compartilhados aspectos de sua vida pessoal.

Cumprindo observar que a autora acima citada refere-se à defesa do direito à intimidade como aspecto relacionado ao princípio da dignidade da pessoa humana, no mesmo sentido se externa a lição de Sarlet que afirma:

---

<sup>45</sup> SILVA, Edson Ferreira da. *op. cit.*, p. 53.

<sup>46</sup> PEREIRA, Marcelo Cardoso. *op. cit.*, p. 129.

<sup>47</sup> ROQUE, Maria José Oliveira Lima. *op. cit.*, p.46.



Também a garantia da identidade (no sentido de autonomia e integridade psíquica e intelectual) pessoal do indivíduo constitui uma das principais expressões do princípio da dignidade da pessoa humana, concretizando-se, dentre outros aspectos, na liberdade de consciência, de pensamento, de culto, na proteção da intimidade, da honra, da esfera privada, enfim, de tudo que esteja associado ao livre desenvolvimento de sua personalidade, bem como ao direito de autodeterminação sobre os assuntos que dizem respeito à sua esfera particular, assim como à garantia de um espaço privativo no âmbito do qual o indivíduo se encontra resguardado contra ingerências na sua esfera pessoal.<sup>48</sup>

Diante de tais constatações entende-se como direito à intimidade aquele que objetiva:

Resguardar as pessoas dos sentidos alheios, principalmente da vista e dos ouvidos de outrem; pressupõe ingerência na esfera íntima da pessoa através de espionagem e divulgação de fatos íntimos obtidos ilícitamente. [...] Seu fundamento é o direito à liberdade de fazer e não fazer.<sup>49</sup>

Assim, torna-se possível verificar que a defesa da intimidade, bem como o controle das informações pessoais estão diretamente ligados ao princípio da dignidade da pessoa humana.

A consolidação e o respeito a esse direito se devem ao fato de que as pessoas, de modo geral, sentem a necessidade de conservar parte de sua vida isenta de observação ou conhecimento por terceiros, tal necessidade é explicada por Manhein:

Esse desejo de subtrair as nossas experiências íntimas ao controle do mundo exterior, interiorizando-as, justifica-se pelo fato de ser corolário de nossos anseios por uma personalidade independente. E só uma personalidade independente é capaz de aprofundar experiências comunitárias.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 4 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 118.

<sup>49</sup> MIRANDA, Pontes de. **Tratado de direito privado**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971, p. 124-126.

<sup>50</sup> MANHEIN, K. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Nesse pensar, tem-se que a vida em sociedade se estabelece por meio da dinâmica entre o que se mostra e o que se oculta, sendo, portanto, fundamental que determinados eventos da vida das pessoas sejam resguardados em sua intimidade, entretanto, essa perspectiva não pode ser vista apenas como fato social, mas como impositivo legal, isso porque a personalidade do homem é um bem tutelado e a intimidade se inscreve entre os elementos pertencentes à personalidade.

## 2.2.1 Características do Direito à Intimidade

Como afirmado anteriormente, o direito à intimidade integra o conjunto dos direitos da personalidade tendo, portanto, as mesmas características que esses, a saber: generalidade, extrapatrimonialidade, absolutismo, inalienabilidade, imprescritibilidade e intransmissibilidade em razão da morte.

### 2.2.1.1 Generalidade

Consoante o entendimento de Fernandes<sup>51</sup> o direito à intimidade consta da característica de generalidade por ser destinado a todas as pessoas sem distinção podendo ser, inclusive, caracterizado como um direito inato, já que, por excelência, subjetivo.

### 2.2.1.2 Extrapatrimonialidade

Quanto a essa característica, Orlando Gomes assevera que:

---

<sup>51</sup> FERNANDES, Milton. **Proteção civil da intimidade**. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 108.

Os bens jurídicos nos quais incidem não são suscetíveis de avaliação pecuniária, embora possam alguns constituir objeto de negócio jurídico patrimonial e a ofensa ilícita a qualquer deles se tenha como pressuposto de fato do nascimento da obrigação de indenizar, ainda quando se trate de puro dano moral.<sup>52</sup>

Assim, a característica em comento liga-se ao fato de que o direito à intimidade não é avaliável economicamente, embora possa ter reflexos econômicos.

#### 2.2.1.3 Absolutismo

Quanto a ser absoluto o direito à intimidade, isso se deve ao fato de que tal direito é oponível *erga omnes*, daí sua característica de absolutismo, uma vez que todos estão obrigados a respeitá-lo, inclusive o Estado.

Por serem direitos absolutos, os direitos da personalidade, diferenciam-se dos demais direitos, porque uma pessoa pode não querer conservar seu direito de propriedade, seus créditos etc. Mas, toda pessoa está obrigada a conservar e respeitar seus próprios direitos humanos, no sentido de que ninguém pode atentar contra sua vida, seu corpo, sua saúde, sua honra etc.<sup>53</sup>

Assim, o direito à intimidade apresenta-se inicialmente como um poder de vontade, para revestir-se em um poder de conservação.

#### 2.2.1.4 Inalienabilidade

Para Mori:

---

<sup>52</sup> GOMES, Orlando. *op. cit.*, p. 157.

<sup>53</sup> FREGADOLLI, Luciana. *op. cit.*, p. 30.

É, ainda, inalienável ou indisponível, a título gratuito ou oneroso, o direito à intimidade. É inconcebível que uma pessoa possa dispor da proteção concedida à sua intimidade, alienando-a. [...] A impossibilidade de renúncia deriva do caráter de direito fundamental e ainda que não esteja expressa em lei deve ser havida como regra, somente afastável em face de expressa disposição em contrário.<sup>54</sup>

Essa característica se deve a preceito consagrado no ordenamento jurídico segundo o qual os direitos de cunho patrimonial são disponíveis enquanto os de cunho não patrimonial são relativamente indisponíveis.

#### 2.2.1.5 Imprescritibilidade

O direito à intimidade não se extingue se não exercido em determinado lapso temporal, já que consiste em direito congênito não suscetível à prescrição.

#### 2.2.1.6 Intransmissibilidade em razão da morte

Conforme De Cupis:

Nos direitos da personalidade, a intransmissibilidade reside na natureza do objecto, o qual, como já dissemos, se identifica com os bens mais elevados da pessoa, situados, quanto a ela, em um nexo que pode dizer-se de natureza orgânica. Por força deste nexo orgânico o objecto é inseparável do originário sujeito: a vida, a integridade física, a liberdade, a honra, etc. [...] Nem o ordenamento jurídico pode consentir que o indivíduo se despoje daqueles direitos que, por corresponderem aos bens mais elevados, têm o caráter de essencialidade.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> MORI, Michele Keiko. *op. cit.*, p. 36.

<sup>55</sup> DE CUPIS, Adriano. **Os direitos da personalidade**. Lisboa: Livraria Moraes, 1961, p. 48.

A característica da intransmissibilidade se constrói mediante a idéia de que a intimidade diz respeito apenas ao indivíduo, não se estendendo a qualquer outra pessoa, entretanto, vale salientar que quanto a essa característica existem controvérsias, uma vez que alguns entendimentos se fazem no sentido de que fatos da vida privada da pessoa podem ser divulgados após sua morte, podendo membros de sua família, virem a defender a honra do ente falecido.

Tornou-se possível, mediante o desenvolvimento do presente capítulo, constatar que a personalidade é inerente ao ser humano e oportuniza ao mesmo defender aspectos de sua vida e, por outro lado, adquirir obrigações e ser detentor de direitos; daí a terminologia Direitos da Personalidade.

Dentre os direitos da personalidade figura o direito à intimidade por meio do qual visa-se a resguardar a vida privada e a intimidade dos indivíduos; tais conceitos (vida privada e intimidade), a despeito de serem diferentes, em virtude da flutuação dos termos e dificuldades de delimitação de um e de outro serão doravante tratados apenas por intimidade em sentido amplo.

As características dos direitos da personalidade e, por extensão, do direito à intimidade, oferecem a delimitação desse direito, oportunizando maior compreensão do mesmo.

### **3 DIREITO À INTIMIDADE E COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

O advento de novas tecnologias na área da comunicação, bem como o desenvolvimento veloz das mesmas fez com que o ato de comunicar-se, mesmo com locais longínquos se tornasse cada vez mais fácil. Entretanto, a troca de informações não se restringe ao âmbito particular, uma vez que a divulgação de dados pela Internet vem se intensificando de tal forma a ponto de os indivíduos fazerem exposição de aspectos da esfera pessoal de suas vidas na Rede Mundial de Computadores, mormente por meio de *sites* de relacionamento.

Vale dizer que não apenas no âmbito dos relacionamentos intensificou-se a comunicação eletrônica, uma vez que muitas outras atividades passaram a desenvolver-se nesse meio, como transações bancárias, declaração de determinados impostos, compras via e-mail com pagamento no cartão de crédito e, assim, a inserção do indivíduo em bancos de dados cada vez maiores e mais comuns na sociedade hodierna.

Assim corrobora Pereira:

Vivemos, atualmente, em uma sociedade em que, seguindo a máxima, informação é poder, vale dizer, quanto mais informação mais poder. Fala-se, então, de uma sociedade da informação, que para nós seria, em realidade, uma sociedade dependente da informação, tendo em vista o grau de sociabilidade humana e o nível de desenvolvimento tecnológico das comunicações hoje existentes, fatores que facilitam substancialmente o intercâmbio de informações. Isso resulta que a informação, considerada como um meio de formação de idéias, concepções ou simples elemento de

difusão de notícias, acontecimentos etc., possui uma importância crucial na sociedade atual.<sup>56</sup>

O autor acima citado faz um resumo dos contornos da sociedade atual, em que tudo gira em torno da informação e na qual a dita informação se propaga rapidamente e, aparentemente, sem restrições. Ora, esse livre acesso e divulgação de informações tem consequências, especialmente quando se trata de dados pessoais, informações sobre aspectos da vida de determinada pessoa e sobre as quais ela deveria ter controle, o que nem sempre tem sido visto.

O intenso desenvolvimento de complexa rede de fichários eletrônicos, especialmente sobre dados pessoais, constitui poderosa ameaça à privacidade das pessoas. O amplo sistema de informações computadorizadas gera um processo de esquadramento das pessoas, que ficam com sua individualidade inteiramente devassada. O perigo é tão maior quanto mais a utilização da informática facilita a interconexão de fichários com a possibilidade de formar grandes bancos de dados que desvendem a vida dos indivíduos, sem sua autorização e até sem seu conhecimento.<sup>57</sup>

Nesses termos, tem-se um breve relato da ameaça que tem se constituído a Internet à intimidade das pessoas, uma vez que, até mesmo aquelas que não têm acesso à rede e, por isso, sentem-se protegidas, acabam tendo seus dados ali expostos por diversos motivos, dentre eles a declaração do imposto sobre a renda que se faz por meio eletrônico.

É nesse sentido que Herrero-Tejedor<sup>58</sup> dispõe no sentido de que o Estado, no afã de desempenhar sua função de dar segurança aos indivíduos, exige desses, dados relativos à sua vida pessoal o que, de certa forma, viola a intimidade dos cidadãos.

---

<sup>56</sup> PEREIRA, Marcelo Cardoso. **Direito à intimidade, proteção de dados e novas tecnologias**: em busca de um novo direito. Disponível nos Anais do II Ciberética – Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética. Florianópolis, 12 a 14 de novembro de 2003.

<sup>57</sup> SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 21 ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 208-209.

<sup>58</sup> HERRERO-TEJEDOR, Fernando. *op. cit.*, p. 25.

Assim, quando se pensa no tratamento informático de dados pessoais, há que se evidenciar o volume de informações que circula diariamente na Internet tornando vulnerável o direito à intimidade de seus usuários. Cabe observar que determinadas pessoas facilitam a difusão de seus dados pessoais pela rede enquanto outras não o fazem conscientemente.

Na esteira desse pensamento é válido lembrar que o direito à vida privada e o conseqüente respeito à intimidade figuram no ordenamento jurídico pátrio na condição de garantias constitucionais; a privacidade consiste em refúgio individual que não pode ser penetrado por terceiros sem que haja consentimento, isto é, a vida privada é murada e, em assim sendo, a violação da intimidade consiste em ato ilícito consistente em revelar os anseios secretos, desejos contidos e outros aspectos da realidade íntima, devendo o violador ser responsabilizado pelo ato ilícito por ele praticado.<sup>59</sup>

Nesse pensar,

[...] o que deve estar claro é que com o tratamento das informações pessoais por meios informáticos [...], a intimidade das pessoas encontra-se mais exposta a vulnerações, posto que [...] esses meios facilitam enormemente o tratamento dessas informações. Ante esse panorama cabe analisar se o direito à intimidade foi capaz de evoluir e adaptar-se a esse novo desafio, que consiste na coexistência pacífica do uso cada vez mais constante das novas tecnologias e o respeito à intimidade das pessoas.<sup>60</sup>

Tem-se aqui configurado o problema central do presente estudo, qual seja, a dificuldade de tutelar a intimidade das pessoas em face da enorme quantidade de informações, pessoais ou não, que circula diariamente e a facilidade com que isso é feito; o que requer reflexão e busca de meios adequados que atendam às necessidades atuais da sociedade nesse sentido, pois, a despeito dos benefícios que a rede mundial de computadores tem trazido a seus usuários, inúmeros são os inconvenientes e danos por ela provocados.

---

<sup>59</sup> OLIVEIRA, Mauricio Lopes de. Seis propostas para o ciberespaço. IN: ROCHA FILHO, Valdir de Oliveira (coord.). **O direito e a internet**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 159.

<sup>60</sup> PEREIRA, Marcelo Cardoso. *op. cit.*, p. 4-5.



Não se trata, aqui, de impedir a utilização de recursos que têm facilitado a vida do homem e o desenvolvimento cultural, mas tal atividade deve ser regulada a fim de não produzir efeitos negativos. Sabe-se que o desenvolvimento da ciência sempre traz mudanças, entretanto, tais mudanças nunca foram tão sentidas de maneira geral como o estão sendo agora.

A rapidez desse salto qualitativo e quantitativo de tecnologia, porém, é incompatível com os conceitos e padrões contemporâneos, contribuindo, assim, para o aparecimento de conflitos entre as novas tecnologias e a sociedade. Talvez por estarmos cercados por tecnologias com as quais não podemos negar interação seja nosso dever estudá-las e entendê-las, sob pena de ficarmos isolados e esquecidos.<sup>61</sup>

Vale dizer, ainda, que nem sempre a idéia inicial acerca de determinado produto ou serviço, quando esse é desenvolvido, passa a ser praticada em sua difusão, assim, o desenvolvimento da comunicação eletrônica não se fez com o escopo de devassar a vida íntima das pessoas, entretanto, o mau uso dessa tecnologia por alguns acabou ocasionando o quadro que ora se delinea.

Nas palavras de Costa Junior:

O processo de devassamento da vida privada tornou-se mais agudo e inquietante com o advento da era tecnológica. As conquistas desta eram destinadas a enriquecer a personalidade, ampliando a capacidade de domínio sobre a natureza, multiplicando e disseminando a riqueza, aumentando o conforto e minorando a penosidade do trabalho. No concreto o que se verifica é que o propósito dos inventores sofre radicais mudanças quando se transforma em produto de consumo. A revolução tecnológica, sempre mais acentuadamente, ganha um dinamismo próprio, desprovido de diretrizes morais, conduzidas por um cientificismo ao qual são estranhas quaisquer preocupações éticas, metafísicas, humanísticas. Torna-se cega e desordenada, subtraindo-se ao controle até mesmo dos sábios que a desencadeiam.<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos jurídicos da internet**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 02.

<sup>62</sup> COSTA JUNIOR, Paulo José da. **O direito de estar só**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970, p. 29.

O autor acima citado chama a atenção para o desenvolvimento da tecnologia e sua aplicabilidade pelos indivíduos no meio social. Por vezes, determinados inventos e criações destinam-se a fins pacíficos e benéficos, entretanto, seu uso indiscriminado ou para fins que não aqueles almejados condena determinada criação a objeto de prática de atos ilícitos ou imorais.

Veja-se, a esse respeito, o magistério de Roque:

Tudo indica que os inventos se desvincularam dos homens, estão caminhando por si próprios, sem dar espaço ao planejamento social. O resultado é que, na luta pela subsistência, o homem está perdendo para as máquinas inteligentes. Os computadores já não são necessariamente programados pelos homens, há computadores com capacidade própria de programação. Estamos vivendo a fábula do feitiço virando contra o feiticeiro. Se está difícil manter a sobrevivência diante da competição da máquina e do avanço da robótica, mais difícil ainda é resguardar o direito à intimidade frente aos aparatos tecnológicos.<sup>63</sup>

Evidencia-se, assim, a influência da tecnologia com relação ao direito à intimidade, uma vez que não apenas na Internet esse direito é ameaçado, mas também pelos inúmeros aparelhos destinados à espionagem que mais e mais são vendidos no mercado.

É contra essa avalanche de invasão da vida privada que a tutela se faz necessária. A lei, mormente a Constituição Federal, reconhecendo o direito do cidadão de não ter revelados fatos que não deseja, oferece tutela, ora no âmbito penal, ora no cível, punindo o infrator, com escopo de impedir que a violação da privacidade se concretize, responsabilizando o ofensor, principalmente com sanção patrimonial.<sup>64</sup>

Pereira<sup>65</sup> estabelece considerações a respeito dos principais pontos de ameaça ao direito à intimidade disponíveis na Rede, dentre os quais salienta os seguintes como sendo os principais:

---

<sup>63</sup> ROQUE, Maria José Oliveira Lima. *op. cit.*, p. 56.

<sup>64</sup> ROQUE, Maria José Oliveira Lima. *op. cit.*, p. 56-57.

<sup>65</sup> PEREIRA, Marcelo Cardoso, *op. cit.*, p. 167-179; 187-240.

*Echelon*: consiste em uma rede espiã utilizada nos Estados Unidos e baseada na interceptação de comunicações por meio do uso de satélites que podem captar inúmeros tipos de comunicação como ligações telefônicas, mensagens de correio eletrônico, mensagens enviadas entre celulares, fax, e outros e, isso, em qualquer lugar do planeta, já que a rede em tela é formada por cento e vinte satélites espalhados em pontos estratégicos.

*Enfopol*: este é o sistema empregado pela União Européia para interceptar comunicações e foi instituído mediante a imposição de uma obrigação para que tanto as empresas telefônicas quanto os provedores de acesso à Internet facilitassem a ação do *Enfopol* que tem por escopo vigiar, em nível mundial, as comunicações, assim, legitima-se a interceptação das comunicações em detrimento à intimidade dos usuários da rede de computadores.

*Carnivore*: consiste em ferramenta informática destinada a realizar vigilância eletrônica, isto é, destina-se a interceptar a comunicação exclusivamente no âmbito da Internet. O sistema em comento funciona por meio de *hardware* ou *software* instalado nos Provedores de Serviço da Internet que busca, por meio da seleção de palavras-chave, as mensagens que devem ser interceptadas, vale dizer que o uso do mencionado sistema não requer autorização judicial para que ocorra.

*Magic Lantern*: é um programa de espionagem instalado no computador de determinado usuário, sem que seja preciso ter acesso ao computador do mesmo, ou seja, ele pode ser instalado como se fosse qualquer programa e isso pode ser feito por meio de qualquer atividade que o indivíduo realize na rede; a introdução do mencionado programa permite o acesso a todas as informações que o usuário do computador invadido compartilhe na rede.

*Elaboração de Perfis*: existem ferramentas empregadas por determinadas empresas que se destinam a rastrear as páginas visitadas, interesses e informações compartilhadas por determinado usuário da Internet, assim, por meio da combinação dos dados recolhidos, torna-se possível conhecer os hábitos e gostos de determinada pessoa; tal ferramenta é empregada, normalmente, para fins de publicidade, entretanto, não há dúvida de que invade a privacidade do usuário,

sendo, portanto, questionável tal procedimento. Capturar informações acerca de determinado internauta torna-se possível mediante o emprego de *cookies* e *web bugs*, os quais serão em seguida comentados.

*Cookies*: são dispositivos que guardam informações acerca de um visitante de uma página virtual sem o consentimento desse. Os *cookies* têm por principal objetivo personalizar a prestação de alguns serviços pela rede, entretanto, é indiscutível o fato de que atentam contra a intimidade do usuário da página que utiliza tal recurso.

*Web Bugs*: externam-se na forma de pequenos gráficos, imperceptíveis, em uma página virtual ou mensagem de correio eletrônico, permitem recolher dados do visitante de determinada página, mas não ficam armazenados no computador do mesmo. Dentre as informações recolhidas por tal instrumento citam-se o número do IP do computador, o dia e a hora em que a página foi visitada, o tipo de navegador utilizado e, por fim, se houver *cookies*, todas as informações recolhidas por eles.

*Navegadores*: são programas empregados para a visualização das páginas na web, entretanto, tais programas, apesar de simples e necessários às operações na rede, por possuírem falhas na segurança, expõem seus usuários; assim, quando, por meio do navegador, tenta-se a conexão com algum servidor, esse último exige do navegador várias informações a respeito do usuário, tal como a identificação e o tipo do computador usado, a última página visitada, dentre outras; o fornecimento das informações é necessário, entretanto, invade a privacidade, por vezes, exacerbando ao extremamente necessário.

*Software ET*: são pequenos programas instalados em computadores, muitas vezes sem que seus operadores o saibam, que se encarregam de passar informações acerca do usuário para uma espécie de central, pode-se afirmar que, nesse caso, age-se por meio de *spywares*, programas que se instalam no disco rígido dos computadores; isso acontece normalmente quando programas são oferecidos gratuitamente na rede e, neles, estão contidos os *spywares* que, assim que o programa é instalado no computador, começam a atuar enviando informações pessoais acerca do usuário.

*Spam*: nome dado ao envio de mensagens não solicitadas pelo destinatário, entende-se que essa é uma das conseqüências da criação de perfis não autorizados, pois, de posse das informações acerca de determinado usuário da rede, passa-se a oferecer ao mesmo inúmeras propagandas por meio do *spam*. A invasão à privacidade, aqui, se dá na fase da criação do perfil e, ainda, na obtenção de seu endereço eletrônico, já que a mensagem não foi pedida.

*Hackers*: são pessoas com excepcional conhecimento de informática e que, normalmente, o usam para fins ilícitos, acessando informações protegidas e utilizando-as na prática de crimes eletrônicos, existem diferentes tipos de *hackers*: aqueles que desejam apenas demonstrar a fragilidade do sistema, os que intentam obter informações acerca de outras pessoas e os que objetivam destruir determinados sistemas de informática assim que conseguirem ter acesso a eles. O perigo com relação à privacidade reside no fato de que os *hackers* podem invadir computadores pessoais, obtendo as informações relativas ao usuário, ou, ainda, podem se camuflar em determinados programas, obtendo senhas, até mesmo de cartão de crédito e, provavelmente, provocando danos à vítima de tais atos.

Alguns dos programas e sistemas de interceptação de comunicação foram desenvolvidos por agências policiais no intento de desvendar crimes e iniciativas que ameaçam a saúde pública, a segurança, assim como os atos terroristas, brigas de torcidas, pornografia, pedofilia e outros problemas que se desenvolvem na rede e afetam a grande população. A outra parte dos programas foi desenvolvida para fins publicitários.

Na rede mundial de computadores, há dispositivos ocultos que permitem que dados pessoais dos internautas sejam captados por determinados agentes com interesse pela vida alheia. De fato, quando um navegante do ciberespaço aporta em um sítio virtual, ele cria, sem saber, a possibilidade de que seu computador seja invadido por programas espiões que podem, inclusive, infiltrar-se no disco rígido, sendo então capazes de mapear hábitos e remeter as informações obtidas aos interessados. Assim sendo, o respeito pelo anonimato, que deveria ser uma das características viscerais da Internet, encontra-se ameaçado.<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> OLIVEIRA, Mauricio Lopes de. *op. cit.*, p. 158-159.

Assim, tem-se de um lado a necessidade de investigação na Internet e, de outro, a privacidade daqueles que fazem uso desse sistema tão ágil de comunicação, devendo prevalecer o maior interesse, mas que qualquer atividade de espionagem na rede seja feita de maneira clara e com regras específicas a fim de conciliar o interesse público e o particular.

De outra parte, deve-se, ainda, salientar que, os programas de espionagem eletrônica são desenvolvidos com o intuito de desvendar crimes e ameaças, entretanto, não raro são descobertos por *hackers* e outros que se aproveitam da tecnologia desenvolvida para a segurança e cometem inúmeros crimes na rede, para os quais ainda não se tem resposta legal satisfatória.

Todas as considerações traçadas no presente capítulo do trabalho ora exposto apontam para a atual necessidade de discutir e resguardar o direito à intimidade, posto que mais e mais esse direito tem sido ameaçado e não observado, o que impõe à ordem jurídica vigente a necessidade de criar meios e condições que lhe permitam resguardar o direito em comento.

## 4 ASPECTOS JURÍDICOS DA INTERNET

Os problemas jurídicos suscitados pela informática a cada dia vêm ganhando mais espaço na discussão acadêmica e social, isso porque não existe, ainda, regramento específico para crimes e demais lesões a direitos ocasionadas por meio da informática e, ainda, tal fenômeno, por sua abrangência, rompe as fronteiras dos países e seu sistema legal interno, atingindo toda a sociedade globalizada.

A tecnologia digital é uma realidade, e justamente por isso estamos diante da criação de lacunas objetivas, as quais o direito tem o dever de estudar, entender e, se necessário, preencher. Com a crescente popularização da Grande Rede, evidenciamos a criação de novos conceitos sobre tradicionais valores, tais como a liberdade, a privacidade e o surgimento dos crimes digitais.<sup>67</sup>

Assim, a questão que se impõe aos pensadores da área consiste em buscar solução quanto a como reger a comunicação eletrônica, se de maneira uniforme ou com regramentos jurídicos próprios de cada nação e, além disso, de que maneira aplicar acordos e tratados internacionais no que se refere à informática quando os envolvidos não são seus signatários.<sup>68</sup>

Para o direito o desafio consiste em compreender as inovações tecnológicas e suas implicações a fim de garantir a pacificação social no que tange ao uso das mesmas, pois, somente dessa forma, será possível a manutenção do Estado Democrático de Direito. Aos estudiosos e operadores do direito compete, portanto, buscar maneiras de equacionar as características e direitos inerentes à pessoa

---

<sup>67</sup> CORRÊA, Gustavo Testa, *op. cit.*, p. 03.

<sup>68</sup> MARTINS, Ives Gandra da Silva e MARTINS, Rogério Vidal da Silva. **Privacidade na comunicação eletrônica**. Ci. Inf., Brasília, vol. 30, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2001, p. 13.

humana e o uso das tecnologias a fim de que essas duas vertentes possam coexistir pacificamente.<sup>69</sup>

Para os militantes da advocacia o desafio é ainda maior. A pirataria assume proporções alarmantes, enquanto o respeito às liberdades individuais e questões de responsabilidade civil clamam por reflexão. Afora a beleza épica que pode sugerir o *ex-novo*, democrático, liberal, veloz e revolucionador meio de comunicação chamado Internet, questões jurídicas do mais alto grau de complexidade emergem a todo instante. Não é a sociedade que deve acompanhar a evolução do direito, mas justamente o contrário; o direito deve evoluir *pari passu* com a sociedade, abrigando os seus últimos anseios, com vistas a manter a paz social.<sup>70</sup>

O quadro ganha destaque quando se compreende que a informática tornou-se o meio mais comum e fácil de comunicação na sociedade atual. Assim, para comunicar decisões, realizar negócios, divertir-se, corresponder-se, é ao meio eletrônico que as pessoas recorrem, e é preocupante que tal senda ainda não tenha sido disciplinada legalmente.

A inexistência, assim, de limites geográficos reais ou de fronteiras para a circulação digital e o acesso à rede acarretam novas dificuldades e perplexidades para a disciplina jurídica do que ocorre no âmbito da Internet. [...] Ela atingiu um tal porte que, com o atual número de usuários, torna-se quase impossível qualquer tentativa de regulamentação; os avanços e o desenvolvimento são feitos em tempo real, enquanto que as tentativas de se criar uma norma que a regulamente deve, obrigatoriamente, seguir todo o caminho da burocracia dos legisladores.<sup>71</sup>

Assim, encontra-se diante de uma problemática de difícil solução, pois, os problemas estão acontecendo e são buscadas respostas urgentes, entretanto, a disciplina legal é lenta e não tem acompanhado com normas específicas os casos ocorridos no âmbito da *Internet* e levados ao conhecimento da justiça.

---

<sup>69</sup> CORRÊA, Gustavo Testa, *op. cit.*, p. 03-04.

<sup>70</sup> GOYANES, Marcelo Martins de Andrade. Tutela jurídica em face do cibergreileiro. IN: ROCHA FILHO, Valdir de Oliveira (coord.). **O direito e a internet**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 143-144.

<sup>71</sup> MORI, Michele Keiko. *op. cit.*, p. 63-65.



Nesse sentido, Oliveira dispõe acerca do paradoxo consistente na questão de legislar sobre a Internet; para o autor, necessário se faz criar regramentos específicos para as questões em debate relacionadas à *Internet*, entretanto, fazê-lo implicaria em congelar o desenvolvimento em curso, isso porque o requerido da realidade de hoje, no que tange à evolução dos meios de comunicação eletrônica, terá de ser mudado amanhã.<sup>72</sup>

Entretanto, não é apenas esse o problema a ser verificado, existe ainda a divergência doutrinária no que se refere à edição ou não de normas pertinentes às ações no campo da informática.

Para uma parte da doutrina não existe necessidade de normas referentes à informática porque o bem em comento, a saber, a intimidade, já tem resguardo legal na Constituição Federal de 1988. Integra essa corrente o autor Ruiz, para o qual a proteção à intimidade, por si só, já é suficiente para atender aos problemas oriundos da comunicação eletrônica, isso porque, segundo o autor, o conceito de intimidade é relativo, podendo ser flexibilizado de acordo com a sociedade e o momento histórico no qual está sendo discutido.<sup>73</sup>

Diante de tal posicionamento, deve-se pensar, contudo, que o direito, embora possua determinados instrumentos que tenham validade, não pode se furtar de acompanhar a evolução social e os problemas dela oriundos. Ora, o direito, ciência social que é, não pode se negar a acompanhar as problemáticas que estão surgindo com o desenvolvimento cada vez maior da tecnologia de informação.

No dizer de Cavalieri Filho:

O direito, em sua concepção sociológica, é um produto de múltiplas influências sociais. Não são regras permanentes e inalteráveis, mas sim, [...] sujeitas a constantes modificações, porque se originam no grupo social – e o grupo está em permanente transformação. [...] sendo o direito uma

---

<sup>72</sup> OLIVEIRA, Mauricio Lopes de, *op. cit.*, p. 158.

<sup>73</sup> RUIZ, Miguel Carlos. **La configuración constitucional del derecho a la intimidad**. Madrid: Tecnos, 1995, p. 94-95.

decorrência das relações sociais, um produto da sociedade, tudo o que agir sobre a sociedade produzirá reflexo também sobre o direito.<sup>74</sup>

Fundamentada nesse pensamento encontra-se a segunda corrente doutrinária, que acredita na necessidade de criação de normas específicas que tratem das novas tecnologias da comunicação e vêm aumentando o número de adeptos dia a dia.

A mencionada corrente baseia-se em dois argumentos, a saber: os instrumentos jurídicos disponíveis para a proteção do direito à intimidade em sua acepção clássica não são suficientes para proteger esse bem no cenário atual; de outra parte, a concepção de intimidade contemplada e protegida pela lei não corresponde ao atual delineamento que tomou tal conceito.

De fato, o direito à intimidade em sua acepção clássica possui como âmbito de proteção material os aspectos mais interiores ou próximos ao indivíduo, os quais formam o que se denomina zona íntima e reservada. Já no caso do direito específico para a proteção dos dados e informações ante as novas tecnologias, este possui um âmbito de atuação distinto, tendo em vista que o que é tutelado através dele não são somente os dados íntimos da pessoa, e sim, aspectos outros que, ainda que isoladamente considerados, não revelem a sua faceta íntima, e uma vez tratados por meios informáticos e/ou telemáticos, podem possibilitar a elaboração de perfis pessoais.<sup>75</sup>

O posicionamento de Martins e Martins se expressa no sentido de que a matéria em comento merece tratamento jurídico-legal, adotando os seguintes pontos de referência: a comunicação eletrônica de ordem pública deve ser tratada, no que tange a fins ressarcitórios, da mesma forma que a comunicação realizada pela imprensa; a comunicação eletrônica de ordem privada não pode ensejar ações reparatórias se a publicidade ocorrer em virtude de violação de sistemas de segurança; a invasão de depósitos de dados não públicos e que não possuem sistemas de segurança enseja procedimentos de ressarcimento por ocasião da

---

<sup>74</sup> CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de sociologia jurídica**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 29.

<sup>75</sup> PEREIRA, Marcelo Cardoso. *op. cit.*, p. 151.

incidência de danos; para os autores, essa seria uma maneira de tratar do problema até que normas gerais venham a atender a questão que ora se apresenta.<sup>76</sup>

Diante disso, é possível afirmar, consoante Silva<sup>77</sup>, que o Direito à Intimidade, no cenário atual, encontra-se em construção, isso porque, ainda que a preservação da intimidade pelo homem se externe enquanto impulso inato, no que se refere a seus aspectos jurídicos, a matéria carece de subsídios que melhor a regulem e esclareçam quanto aos limites de sua proteção legal.

Para Oliveira “[...] qualquer conclusão de imediato, acerca dos efeitos vindouros da *Internet* no universo jurídico, é, necessariamente, precipitada”.<sup>78</sup>

Quanto aos aspectos que caracterizam o direito à intimidade, veja-se o magistério de Bittar:

[...] existem antes e independentemente do direito positivo, como inerentes ao próprio homem, considerado em si e em suas manifestações [...] a inserção em códigos ou em leis vem conferir-lhes proteção específica e mais eficaz – e não lhes ditar a existência – desde que identificados e reconhecidos, em vários sistemas, muito antes mesmo de sua positivação.<sup>79</sup>

No mesmo sentido Trabuchi *apud* Mattia afirma que os direitos da personalidade são “[...] direitos essenciais, originários ou inatos porque se pressupõe existem antes do reconhecimento jurídico”.<sup>80</sup>

Tobeñas ostenta o mesmo entendimento quando afirma que os referidos direitos “[...] são conaturais ao homem, nascem com ele, correspondem à sua

---

<sup>76</sup> MARTINS, Ives Gandra da Silva e MARTINS, Rogério Vidal Gandra da Silva. *op. cit.*, p. 16.

<sup>77</sup> SILVA, Edson Ferreira da. *op. cit.*, p. 05.

<sup>78</sup> OLIVEIRA, Mauricio Lopes de. *op. cit.*, p. 163-164.

<sup>79</sup> BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade e o projeto do Código Civil Brasileiro**. Revista de informação legislativa n. 60. out/dez. 1998, p. 105-128.

<sup>80</sup> MATTIA, Fabio Maria de. **Direitos da personalidade**: aspectos gerais. Revista de direito civil – 3, p. 36 e 42.

natureza, estão indissoluvelmente unidos à pessoa e são, em suma, preexistentes ao seu reconhecimento pelo Estado”.<sup>81</sup>

Diante de tal posicionamento entende-se que a proteção à intimidade consiste em algo inerente ao homem, isto é, as pessoas já são predispostas a optarem por compartilhar parte de sua vida e guardar em sigilo outros fatos que não desejam que sejam do conhecimento de outros, assim, seria considerado normal, diante disso, que houvesse um compromisso social e ético no que tange à intimidade própria e à privacidade alheia.

Entretanto, a evolução tecnológica e dos costumes constituiu um novo quadro no qual as pessoas estão expostas diuturnamente e têm suas casas invadidas constantemente por informações acerca da vida de outras pessoas e, isso tudo, sem um compromisso ético, assim, constata-se a necessidade de que o Estado regule tal direito com fins de fazer com que o mesmo seja válido na sociedade, pois, muito embora possa parecer natural que o homem proteja sua intimidade, não é isso que vem ocorrendo com a evolução da tecnologia da comunicação que provocou uma inversão nos valores tidos por válidos no meio social.

Exemplificam tal assertiva dois julgados; o primeiro diz respeito à publicação desautorizada pela autora, que não era atriz, modelo, isto é, não sobrevivia de sua imagem, fazendo *topless* em praia pública em momento de lazer. Tendo sua imagem divulgada indevidamente a autora pleiteou danos morais e, em primeiro grau, a ação foi julgada improcedente com fulcro no fundamento de que a ré:

[...] exerceu sua liberdade de imprensa que tem amparo constitucional, sem ferir as garantias da autora, que, por sua vez, exerceu sua liberdade pessoal, consciente ou inconscientemente, produzindo notícia, pela prática de *topless*, em público.<sup>82</sup>

Na apelação foi proferida a seguinte decisão:

---

<sup>81</sup> TOBEÑAS, José Castan. **Los derechos de la personalidad**. Madrid: Instituto Editorial Reus, 1952, p. 11.

<sup>82</sup> Dados disponíveis em <<http://www.terra.com.br/noticias.doc>>. Acesso em 28-08-2007 às 13h47min.

O direito a própria imagem, como direito personalíssimo, goza de proteção constitucional, sendo absoluto e, pois, oponível a todos os integrantes da sociedade, para os quais cria um dever jurídico de abstenção. A publicação de imagem de alguém fotografado imprescinde, sempre, de autorização do fotografado. Inexistente essa autorização, a veiculação da imagem materializa violação ao direito do respectivo titular, ainda que inexistente qualquer ultraje à moral e aos bons costumes. A ocorrência do dano, em tal hipótese, é presumida, resultando tão somente da vulneração do direito à imagem.<sup>83</sup>

Em sequência, quando da imposição dos embargos infringentes, os mesmos foram acolhidos de acordo com a seguinte argumentação:

DIREITO À IMAGEM. IMPRENSA. TOPLESS. FOTOGRAFIA OBTIDA EM LOCAL PÚBLICO. DIVULGAÇÃO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. A partir do momento que uma jovem, por sua vontade livre e consciente, desnuda os seios em local público, expõe-se ela à apreciação das pessoas que ali se fazem presentes, de tal sorte que se jornal de circulação estadual e tido como idôneo lhe fotografa, apenas registra um fato que ocorreu numa praia, ampliando a divulgação de uma imagem que se fez aberta aos olhos do público [...].

Honra é o sentimento de dignidade própria que leva o indivíduo a procurar merecer a consideração geral. Se não há fato lesivo à honra, tampouco, não existe o dever de indenizar.

A imagem das pessoas constitui uma forma do direito à intimidade. Quem quer preservar sua honra e sua intimidade não expõe os seios para deleite da multidão. Se a embargada resolveu mostrar sua intimidade às pessoas deve ter maturidade suficiente para suportar as conseqüências de seus atos e não atribuir à imprensa a responsabilidade pelo ocorrido.

É importante salientar que a praia estava cheia e era feriado. A fotografia não foi obtida de recinto ou propriedade particular, ou de ambiente exclusivamente privado. Mas muito pelo contrário, o fotógrafo simplesmente registrou o que estava à mostra para todos os presentes na Praia Mole, naquele momento.

A embargada, mostrando-se da forma que estava, em pé, não estava em condições de ignorar que se tornaria objeto de atenções e aceitou implicitamente a curiosidade geral.

Da mesma forma que tinha direito, diante da liberdade que lhe é assegurada, de praticar topless, o fotógrafo usou da liberdade para fazer seu trabalho e registrou esta cena, e, no dia posterior, o jornal veiculou esta fotografia, exercendo seu direito de liberdade de imprensa.

O jornal não fez uso irregular da fotografia, nem fez chamada sensacionalista. Como ficou registrado, não houve nenhum destaque e o nome da autora sequer foi referido na reportagem que a fotografia ilustra [...].

A honra da embargada, é importante salientar, não foi violada de maneira alguma. Poderia, em tese, admitir-se o pleito aqui deduzido em hipótese

---

<sup>83</sup> Dados disponíveis em <<http://www.terra.com.br/noticias.doc>>. Acesso em 28-08-2007 às 13h47min.

outra, por exemplo, na foto de uma moça, em uma praia, no momento em que acabava de recuperar-se de uma onda, totalmente desprevenida e que se encontrava com a peça superior de sua roupa de banho fora do lugar. Nesse caso, sim, absolutamente, inidônea e oportunista a atitude do jornal. Mas a partir do momento em que a embargada não teve objeção alguma de que pessoas pudessem observar sua intimidade, não pode ela, vir à Justiça alegar que sua honra foi violada pelo fato de o Diário Catarinense ter publicado uma foto obtida naquele momento numa praia lotada e em pleno feriado.<sup>84</sup>

Diante dos excertos expostos torna-se clara a flutuação no que se refere às questões pertinentes à divulgação de imagens e outros dados pessoais pelos meios de comunicação. No exemplo citado, é pacífico que a jovem realmente se expôs aos olhares curiosos dos banhistas, entretanto, em nenhum momento cogitou a possibilidade de que sua fotografia fosse divulgada em um jornal de circulação local sem seu prévio conhecimento.

Caso de grande destaque na mídia foi o protagonizado por Daniella Cicarelli Lemos e seu então namorado Renato Aufiero Malzoni Filho, o casal foi flagrado em cenas tórridas por um *paparazzo* espanhol que os filmou, as imagens foram divulgadas pelo YouTube, o casal ingressou com ação contra o fotógrafo e o *site* que abrigou o vídeo.<sup>85</sup> Os autores da ação pediam uma indenização ao YouTube e a outros meios de comunicação que divulgaram o vídeo e publicação de fotos extraídas dele.<sup>86</sup>

Em um primeiro momento foi pedida a suspensão da exibição do vídeo, o que foi concedido pela justiça, entretanto, internautas continuaram a postar o mesmo de maneira disfarçada. Diante disso, a justiça determinou que o *site* saísse do ar, o que causou revolta e indignação dos usuários, oportunizando a revisão de tal decisão.<sup>87</sup>

A decisão proferida pelo Juiz de Direito Gustavo Santini Teodoro se externou da seguinte forma:

---

<sup>84</sup> Dados disponíveis em <<http://www.terra.com.br/noticias.doc>>. Acesso em 28-08-2007 às 13h47min.

<sup>85</sup> ESPECIALISTAS anteciparam derrota judicial de Daniella Cicarelli. Disponível em <<http://www.tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI1712080-EI4802.htm>>. Acesso em 28-08-2007 às 13h46min.

<sup>86</sup> CICARELLI perde ação contra YouTube; juiz libera vídeo na praia. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/ilustrada/ult90u307123.shtml>>. Acesso em 28-08-2007 às 13h44min.

<sup>87</sup> CICARELLI perde ação contra YouTube; juiz libera vídeo na praia. *op. cit.*

O deferimento da medida não prescinde de uma análise, ainda que sumária – própria desta fase do processo – da verossimilhança do argumento, que permeia a petição inicial, segundo o qual os réus teriam praticado ato ilícito, com a divulgação em seus sites, dita não autorizada ou consentida, de vídeo em que os autores aparecem como protagonistas.

Assistindo-se ao vídeo, percebe-se claramente que eles, à luz do sol, trocaram intimidades numa praia, local em princípio aberto ao público, desprovido de qualquer restrição de acesso, onde havia inclusive outras pessoas, sem sinal do constrangimento que agora dizem sentir. A alegação de que se tratava de praia calma, em local considerado rústico, aparentemente não é confirmada pelas imagens.

Procedendo desse modo, os autores, por livre e espontânea vontade, expuseram-se em ambiente que permitiu a captação das imagens pelas lentes de uma câmera, cujo operador, é bom que se diga, não encontrou absolutamente nenhuma barreira natural, tampouco empecilho, para a filmagem.

Nessas circunstâncias, à primeira vista, não há como vislumbrar, na conduta dos réus, violação de direito à imagem ou desrespeito à honra, à intimidade ou à privacidade dos autores, pois não se tratou de cenas obtidas em local reservado, que se destinasse apenas a encontros amorosos, excluída a visualização por terceiros. Agora não basta, para que se conclua o contrário, a simples afirmação na petição inicial. Só com cognição exauriente é que, em tese, a conclusão poderá se alterar.<sup>88</sup>

Aqui, à semelhança do comentado no caso anterior, os autores da ação se expuseram à curiosidade de populares, entretanto, o vídeo feito na praia se propagou rapidamente na *Internet*, adquirindo proporções mundiais e, portanto, afetando negativamente a vida das vítimas. A decisão proferida com relação ao caso torna clara a ausência de proteção à intimidade, uma vez que o juiz, no texto da sentença caracterizou como “cômica” a iniciativa de levar ao conhecimento do judiciário tal fato.

Nesse pensar, entende-se que a existência de regramentos específicos faz-se necessária no deslinde de tais questões, uma vez que delimitará a ação do julgador traçando, para o mesmo, elementos norteadores para sua decisão e evitando que o fato de estar em público praticando qualquer ato seja divulgado pela imprensa e demais meios de comunicação sem que haja regras mínimas para isso e, ainda, contrariando as características de absolutismo e inalienabilidade do direito à intimidade.

---

<sup>88</sup> Dados disponíveis em <[http://www.terra.com.br/noticias/Cicarelli\\_YouTube.doc](http://www.terra.com.br/noticias/Cicarelli_YouTube.doc)>. Acesso em 28-08-2007 às 13h47min.

A pessoa que pratica determinados atos em público, como fazer *topless* ou protagonizar cenas ardentes, não está abdicando do seu direito à intimidade, mesmo porque esse é inalienável; sua exposição está condicionada ao ambiente em que acontece e não exposta ao livre acesso de quem quiser divulgá-la nos diferentes meios de comunicação.

Por outro lado, há que se ressaltar que

Nela (na categoria jurídica dos direitos da personalidade), o homem é simultaneamente sujeito e objeto de direitos, recaindo o exercício destes em seus bens morais ou físicos. Somos senhores de nossa vida, liberdade, honra e outros atributos do estado natural da pessoa, mas, nem assim há de ficar ao arbítrio de cada um fazer de si o que bem entende. Seria negar uma condição basilar do aperfeiçoamento do homem: a vida em sociedade. A lei condena de modo geral todo abuso de direito.<sup>89</sup>

Nesse pensar tem-se que a proteção do direito à intimidade faz-se necessária, entretanto, a mesma tem que ganhar contornos definidos, isso porque, a liberdade de que desfrutam as pessoas, mormente no campo da comunicação eletrônica, tem feito com que as mesmas ultrapassem os limites da boa convivência social, expondo-se de maneira incompatível com o convívio em sociedade. Urge que se criem maneiras de equacionar liberdade e intimidade, mormente no plano do desenvolvimento tecnológico.

O que ocorre é que a legislação é muito genérica, pois apenas externa a existência do direito à intimidade, mas não delinea seus contornos, deixando ao arbítrio da jurisprudência aplicar tal direito ao caso concreto.

Para Kelsen:

O direito só vale como direito positivo, ou seja, como direito regulamentado. Nesta necessidade de ser regulamentado e da sua decorrente autonomia

---

<sup>89</sup> OLIVEIRA, Moacyr. **Evolução dos direitos da personalidade**. Revista dos tribunais, n. 402, abril de 1969, p. 29.



em relação à moral e de sua validade como sistema de norma provém a positividade do direito; daí a diferença essencial entre o direito positivo e o denominado direito natural, cujas normas são deduzidas, como as da moral, de uma norma fundamental e que, por força de seu conteúdo são consideradas imediatamente evidentes em decorrência da vontade divina, da natureza ou da razão pura.<sup>90</sup>

Na tentativa de solucionar alguns dos problemas oriundos do uso de novas tecnologias no Brasil, foi criado, por meio do Decreto 4829 de 03-09-2003, o Comitê Gestor Internet do Brasil, o qual intenta, primordialmente, estimular a participação da sociedade em decisões referentes à implantação, administração e uso da Internet e foi criado em uma ação conjunta dos Ministérios das Comunicações e da Ciência e Tecnologia, sendo suas atribuições: fomentar o desenvolvimento dos serviços ligados à Internet; recomendar padrões e procedimentos técnicos; coordenar a atribuição de endereços eletrônicos e registros de domínios; coletar, organizar e disseminar informações pertinentes ao uso da Internet. Tal comitê é formado por entidades operadoras, provedores de acesso, representantes de usuários e comunidade acadêmica.<sup>91</sup>

A criação do comitê em tela registra a preocupação nacional com os equívocos proporcionados pelo uso da Rede Mundial de Computadores com vistas a dar soluções para os possíveis problemas e, fazê-lo de maneira multifacetada e que englobe a todos os envolvidos, haja vista que no comitê existem representantes de diferentes áreas envolvidas com a Internet, pois, pode-se dizer que o comitê: “[...] é o maior exemplo da tendência mundial a tornar a Grande Rede algo desvinculado do Poder Público, incentivando a participação da sociedade civil na formulação de diretrizes básicas para o desenvolvimento organizado”.<sup>92</sup>

De acordo com Rover:

[...] enquanto o poder público não se sensibiliza para o problema, o comércio passa a ditar o destino da rede, procurando estabelecer a regra da

---

<sup>90</sup> Kelsen, Hans. **Teoria pura do direito**: introdução à problemática científica do direito. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 97.

<sup>91</sup> CORRÊA, Gustavo Testa, *op. cit.*, p. 17.

<sup>92</sup> CORRÊA, Gustavo Testa, *op. cit.*, p. 18.

não-regulação pública, permitindo que o próprio setor privado dite as normas que disciplinarão a rede.<sup>93</sup>

Assim, cada vez mais se busca a participação da sociedade nos assuntos relativos à *Internet*, entretanto, é válido salientar que o Poder Público não pode se furtar de atender às questões que ora se impõem, desempenhando seu papel no sentido de não deixar que o território virtual torne-se um espaço isento de qualquer regulamentação, sujeito às mais diversas barbaridades sem que nada seja feito para combatê-las ou, ao menos, controlá-las.

No pensar de Whitaker:

A nova forma de relacionamento que se estabelece entre as pessoas no mundo virtual aboliu aquilo que é essencial ao contato humano: o "olho no olho", o aperto de mão, que revelam a integridade e transmitem confiança no fechamento de qualquer tipo de acordo, na transmissão de qualquer informação, seja ela relevante ou corriqueira. Os trabalhos intelectuais produzidos, as mensagens trocadas pelo correio eletrônico, as informações relativas à identidade constantes de cadastros individuais ou de empresas, as preferências pessoais reveladas por consultas a "sites" e outras informações que se podem auferir mediante o uso da Internet, constituem dados e elementos privados de cada usuário. Assim como a casa é o asilo inviolável do indivíduo, pode-se dizer que o seu espaço virtual também o é. Impõe-se a proteção a essa sua privacidade virtual.<sup>94</sup>

Tem-se, então, uma nova ameaça ao direito à intimidade consubstanciada nos meios de comunicação eletrônica, entretanto, não se trata do direito à intimidade em sua acepção clássica de guarda de segredos e honra; o direito em tela revestiu-se de novos caracteres e essa mudança precisa ser observada atentamente pelo direito a fim de que esse dê uma resposta adequada ao problema que ora se apresenta.

---

<sup>93</sup> ROVER, Aires Jose (org.). **Direito, sociedade e informática**: limites e perspectivas da vida digital. Florianópolis: Boiteux, 2000, p. 99.

<sup>94</sup> WHITAKER, Maria do Carmo. **Proteção à intimidade na Internet**. Disponível em <<http://www.artigosintimidade.htm>>. Acesso em 28-07-2007 às 16h12min, p. 01.

De acordo com França: “A proteção civil do indivíduo, exercida contra interferências estranhas e arbitrárias, reveladoras do que se passa no círculo fechado de sua vida privada, chama-se direito à intimidade”.<sup>95</sup>

Diante de tal definição e, relacionando-a com as ameaças à intimidade existentes no meio virtual, entende-se que existe um direito constante do ordenamento jurídico pátrio que pode ser exercido nesses casos; esse, por sua definição ora apresentada, é o direito à intimidade; o que falta é a instrumentalização para que se recorra a tal direito, faltam os meios eficazes para que tal tutela seja validada na prática do direito.

São condenáveis os recursos tecnológicos que violam os bens integrantes da esfera da personalidade do ser humano: sua vida íntima e doméstica, relações familiares e afetivas, hábitos, identidade, imagem, endereços, vida profissional e cibernética ou virtual, enfim, tudo que diz respeito à pessoa como tal. Os atos de invasão e divulgação abusivas desses aspectos que constituem o campo sagrado em que se desenvolve física, afetiva e intelectualmente a pessoa são, sem dúvida, ilícitos e passíveis de punição.<sup>96</sup>

Ante tal perspectiva, a questão que requer respostas urgentes é a de que quando da violação da intimidade de um indivíduo com o uso de meios eletrônicos tem-se um ilícito punível, como mencionado pela autora acima, entretanto, esses ilícitos não estão regulamentados especificamente, motivo pelo qual torna-se difícil, senão impossível, a aplicabilidade do direito à intimidade em senda de comunicação eletrônica.

Ramos Junior<sup>97</sup> aponta para a importância de, nesse tema, atentar para a conflituosa relação entre liberdade e privacidade, ou seja, trata da coexistência entre essas duas esferas, uma vez que se tem, aqui, dois direitos de valor aproximado, assim sendo, é preciso harmonizar as relações sociais no âmbito da comunicação eletrônica a fim de que o uso da liberdade de acesso e divulgação de informações

---

<sup>95</sup> FRANÇA, Rubens Limongi (coord.). **Enciclopédia Saraiva do direito**. Vol. 46. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 99.

<sup>96</sup> WHITAKER, Maria do Carmo, *op. cit.*, p. 02.

<sup>97</sup> RAMOS JUNIOR, Hélio Santiago. **Considerações sobre a privacidade no espaço cibernético**. Disponível em <<http://www.ciberetica.org.br>>. Acesso em 28-07-2007 às 16h37min, p. 02.

não seja empregado no intuito de atingir a intimidade do outro, uma vez que, assim como a liberdade, a intimidade também se configura em um bem juridicamente protegido. Não se trata de valorizar um em detrimento ao outro, mas de harmonizá-los a fim de atingir a pacificação social.

Acrescente-se, nesse pensar, a necessidade de que a privacidade seja protegida de maneira efetiva e que, com isso, sejam evitados os numerosos ataques a esse bem que integra a personalidade do indivíduo, pois,

Alternativas de proteger a privacidade tendem a ser temporárias e, em geral, não solucionam os problemas referentes à violação da privacidade, necessita-se, portanto, de uma justiça criminal virtual internacional para manter a ordem no ciberespaço, mas no momento em que se encontra parece impensável a adoção da defesa da tolerância zero para os crimes praticados na internet.<sup>98</sup>

A observação feita é oportuna, pois, nem ao menos se tem caminhos para a punição dos diferentes delitos praticados na rede, o entendimento de Lins, a esse respeito, se faz no sentido de que:

[...] a Internet traz um agravante: a rede é mundial e o fato poderá ser divulgado numa escala nunca antes alcançada por outros meios de comunicação de massa. Tal circunstância levanta, inclusive, aspectos de natureza técnica: os fatos podem ser divulgados a partir de países que, por não dispor de legislação para tal, não punirão a ocorrência, dando um caráter de impunidade à atitude delituosa.<sup>99</sup>

Diante de tal posicionamento tem-se a real dimensão dos problemas suscitados pela comunicação via *Internet* por dois enfoques diferentes, pois, de um lado constata-se a abrangência dos dados trocados em rede, uma vez que essa é mundial; de outra parte, verifica-se que a impunidade tende a ser muito maior nesse

---

<sup>98</sup> RAMOS JUNIOR, *op. cit.*, p. 12.

<sup>99</sup> LINS, Bernardo F. E. **Privacidade e internet**. Consultoria legislativa da câmara dos deputados. Disponível <[ww2.camara.gov.br/internet/publicacoes/estrategia/tema4/pdf/001854.pdf](http://ww2.camara.gov.br/internet/publicacoes/estrategia/tema4/pdf/001854.pdf)>. Acesso em 28-07-2007 às 17h01min, p. 07.

âmbito em virtude de não haver legislação específica dispondo acerca da maneira de tratamento dos aspectos jurídicos de tais casos.

Assim, exposto o problema e a relação do direito com o mesmo, há que se buscar meios de normalizar a questão em virtude de sua abrangência e, por conseguinte, potencial para desestabilizar a ordem social, motivo pelo qual requer atenção e respostas adequadas e eficazes.

#### 4.1 INICIATIVAS NO CAMPO LEGISLATIVO NO SENTIDO DE PROTEGER OS USUÁRIOS DA REDE

O presente estudo destinou-se a salientar a necessidade de proteção da intimidade dos usuários da rede mundial de computadores – *Internet*; tal preocupação não se formaliza apenas a título de especulação, pelo contrário, consiste em uma das maiores preocupações do direito na atualidade, uma vez que ainda carecem de atenção legal as operações realizadas via *Internet*.

Tal preocupação não se restringe ao âmbito nacional, mas integra, inclusive, Tratados Internacionais, como é o caso do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, em que existe referência expressa à obrigatoriedade de proteção da intimidade dos jurisdicionados, nos seguintes termos:

**Art. 17** - 1. Ninguém poderá ser objeto de ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra e reputação.  
2. Toda pessoa terá direito à proteção da lei contra essas ingerências ou ofensas.

Em foro doméstico também existem iniciativas específicas no sentido de legislar acerca das ações praticadas na Internet, mormente no que diz respeito aos crimes praticados na rede. Convém evidenciar que a temática dos crimes na rede

mantém estreita relação com a proteção da intimidade, uma vez que a violação por via eletrônica consiste em crime a ser punido.

Exemplifica a assertiva acima feita o Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2000, o qual tem por escopo definir os delitos informáticos e faz referência expressa à proteção da intimidade em seu artigo 1º, § 3º, *in verbis*:

**Art. 1º.** Constitui crime de uso indevido da informática:

[...]

§ 3º contra a honra e a vida privada:

I – difusão de material injurioso por meio de mecanismos virtuais;

II – divulgação de informações sobre a intimidade das pessoas sem prévio consentimento;

De outra parte, tem-se o Projeto de Lei nº 84 de 1999, de autoria do então deputado Luiz Piauhyllino, que dispõe sobre os crimes cometidos na área da informática e trata da proteção da intimidade dos usuários no Capítulo I, o qual dispõe acerca dos princípios a serem aplicados na prestação de serviços por redes de computadores:

**Art. 1º.** O acesso, o processamento, e a disseminação de informações através das redes de computadores devem estar a serviço do cidadão e da sociedade, respeitados os critérios de garantia dos direitos individuais e coletivos de privacidade e segurança de pessoas físicas e jurídicas e da garantia de acesso às informações disseminadas pelos serviços da rede.

Tem-se, ainda, o Projeto de Lei do Senado nº 234, de 1996, o qual define os crimes contra a inviolabilidade de comunicação de dados de computador.

Vale destacar, ainda, como iniciativa nacional de tutela dos indivíduos quando do uso da Internet, o Projeto de Lei n. 1.713 de 1996, o qual se refere ao acesso, responsabilidade e crimes cometidos nas redes integradas de computadores e já em seu primeiro artigo trata da proteção à intimidade, com o mesmo teor do projeto de nº 84 anteriormente citado.

**Art. 1º** O acesso, o tratamento e a disseminação de informações através das redes integradas de computadores devem estar a serviço do cidadão e da sociedade, respeitados os critérios de garantia dos direitos individuais e coletivos, da privacidade das informações pessoais e da garantia de acesso às informações disseminadas pelos serviços da rede. (grifo nosso)

Note-se que os projetos ora citados tratam, primeiramente, da proteção à intimidade e aos dados pessoais do usuário da rede mundial de computadores, isso porque tal iniciativa se faz enquanto imperativo de justiça e se justifica por ser a intimidade o bem mais ameaçado quando se trata de comunicação eletrônica.

O STF, em decisão, mencionou seu entendimento de direito à intimidade nos seguintes termos:

Decidiu o STF que o direito à intimidade – que representa importante manifestação dos direitos da personalidade – qualifica-se como expressiva prerrogativa de ordem jurídica que consiste em reconhecer, em favor da pessoa, a existência de um espaço indevassável destinado a protegê-la contra indevidas interferências de terceiros na esfera de sua vida privada.<sup>100</sup>

Convém evidenciar que as iniciativas acima mencionadas, no campo da proteção da intimidade dos usuários da rede mundial de computadores, demonstram, por si só, a necessidade de que a garantia constitucional de proteção à intimidade, seja resguardada na atualidade em face das novas maneiras desenvolvidas tecnologicamente de invadir a intimidade das pessoas, revelando aspectos de sua vida privada e contrariando o anonimato que deveria existir na mencionada rede de comunicação.

---

<sup>100</sup> STF, MS 23.669 – DF (Medida Liminar) Rel. Ministro Celso de Melo, 12-04-00, DJU, 17-04-00.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do estudo, motivado inicialmente pelo número crescente de incidentes ocorridos no âmbito virtual, mostrou inúmeras outras perspectivas na contemplação do problema que não aquelas cogitadas quando do início da organização do trabalho.

O estudo da personalidade e seus respectivos direitos permitiu observar que, por meio dela, o indivíduo torna-se hábil a adquirir e exercer direitos os quais lhe garantirão uma existência digna, pois, os direitos da personalidade destinam-se a garantir os elementos essenciais ao bom desenvolvimento pessoal dos indivíduos.

Dentre os direitos da personalidade figura o direito à intimidade, o qual visa a resguardar o indivíduo de interferências de terceiros em aspectos de sua vida privada e, mais particularmente, de sua intimidade. Vale dizer que o direito à intimidade consiste em direito fundamental dada sua importância no meio social.

Embora seja conhecida a importância do direito à intimidade, o advento das novas tecnologias da informação, disponibilizando a cada dia meios de comunicação mais rápidos e abrangentes, tem ameaçado tal direito. Assim, o surgimento da *Internet* trouxe consigo inúmeros benefícios, mas, de outra parte, ocasionou certa instabilidade no que se refere aos aspectos íntimos da vida das pessoas.

Diante de tal constatação percebe-se que existe um direito a ser protegido, entretanto, esse se externa de maneira muito genérica, faltando alternativas específicas na solução dos delitos praticados no meio virtual. O conceito de



intimidade constante da Constituição Federal, como visto, ganhou novos contornos e essa renovação se faz necessária como ficou evidente no decorrer do estudo.

Assim, a pesquisa realizada tornou possível observar que existe necessidade premente de defesa da intimidade dos indivíduos em senda de comunicação eletrônica, uma vez que inúmeros são os meios que podem ser empregados para devassar a intimidade dos indivíduos sem que haja resposta legal para tais casos e, portanto, esses têm gozado de impunidade.

## REFERÊNCIAS

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. São Paulo: Forense Universitária, 1989.

\_\_\_\_\_. **Os direitos da personalidade e o projeto do Código Civil Brasileiro**. Revista de informação legislativa n. 60. out/dez. 1998.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de sociologia jurídica**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

**CICARELLI perde ação contra YouTube**; juiz libera vídeo na praia. Disponível em <http://www.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u307123.html>>. Acesso em 28-08-2007 às 13h44min.

CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos jurídicos da internet**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

COSTA JUNIOR, Paulo José da. **O direito de estar só**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970.

DE CUPIS, Adriano. **Os direitos da personalidade**. Lisboa: Livraria Moraes, 1961.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1985.

\_\_\_\_\_. **Norma constitucional e seus efeitos**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

DOTTI, René Ariel. **Proteção da vida privada e liberdade de informação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

**ESPECIALISTAS anteciparam derrota judicial de Daniella Cicarelli**. Disponível em <<http://tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI1712083-EI4802,00.html>>. Acesso em 28-08-2007 às 13h46min.

FERNÁNDEZ, Miguel Bajo. **Protección del honor y de la intimidad**. Madrid: Edersa, 1982.

FERNANDES, Milton. **Proteção civil da intimidade**. São Paulo: Saraiva, 1977.

FRANÇA, Rubens Limongi (coord.). **Enciclopédia Saraiva do direito**. Vol. 46. São Paulo: Saraiva, 1977.

FREGADOLLI, Luciana. **O direito à intimidade e a prova ilícita**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

GIANOTTI, Edoardo. **A tutela constitucional da intimidade**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

GOMES, Orlando. **Introdução ao direito civil**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

GOYANES, Marcelo Martins de Andrade. Tutela jurídica em face do cibergreileiro. IN: ROCHA FILHO, Valdir de Oliveira (coord.). **O direito e a internet**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GRECO, Marco Aurélio. **Internet e direito**. São Paulo: Dialética, 2000.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Liberdades públicas e processo penal**. São Paulo: Saraiva, 1976.

HERRERO-TEJEDOR, Fernando. **La intimidad como derecho fundamental**. Madrid: Colex, 1998.

KELSEN, Hans, **Teoria pura do direito**: introdução à problemática científica do direito. 3 ed. São Paulo: RT, 2003.

LINS, Bernardo F. E. **Privacidade e internet**. Consultoria legislativa da câmara dos deputados. Disponível em <[www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/estrattec/tema4/pdf/001854.pdf](http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/estrattec/tema4/pdf/001854.pdf)>. Acesso em 28-07-2007 às 17h01min.

LUNA FILHO, Eury Pereira. **Internet no Brasil e o direito no ciberespaço**. Disponível em <<http://infojur.ccj.ufsc.br/arquivos/informaticajuridica/doutrina/internetnobrasileodireitonociberespaço.html>>. Acesso em 09-09-2006 às 19h37min.

MANHEIN, K. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍNEZ, Jaime Vidal. **En torno al concepto y naturaleza jurídica del derecho a la intimidad personal y familiar**. Revista general de derecho, XXXVII, n. 436-437, ene/feb. Valencia, 1981.

MARTINS, Ives Gandra da Silva e MARTINS, Rogério Vidal da Silva. **Privacidade na comunicação eletrônica**. Ci. Inf., Brasília, vol. 30, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2001.

MATTIA, Fabio Maria de. **Direitos da personalidade**: aspectos gerais. Revista de direito civil – 3.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de direito privado**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 80.

MORI, Michele Keiko. **Direito à intimidade versus informática**. Curitiba: Juruá, 2004.

OLIVEIRA, Celso Marcelo de. **Direito tributário e a internet**. Campinas: LZN, 2004.

OLIVEIRA, Mauricio Lopes de. Seis propostas para o ciberespaço. IN: ROCHA FILHO, Valdir de Oliveira (coord.). **O direito e a internet**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

OLIVEIRA, Moacyr. **Evolução dos direitos da personalidade**. Revista dos tribunais, n. 402, abril de 1969.

PEREIRA, Marcelo Cardoso. **Direito à intimidade na internet**. Curitiba: Juruá, 2004.

PEREIRA, Marcelo Cardoso. **Direito à intimidade, proteção de dados e novas tecnologias**: em busca de um novo direito. Disponível nos Anais do II Ciberética – Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética. Florianópolis, 12 a 14 de novembro de 2003.

RAMOS JUNIOR, Hélio Santiago. **Considerações sobre a privacidade no espaço cibernético**. Disponível em <<http://www.ciberetica.org.br>>. Acesso em 28-07-2007 às 16h37min.

ROCHA FILHO, Valdir de Oliveira (coord.). Violação de direitos de propriedade intelectual através da Internet. IN: **O direito e a internet**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

ROQUE, Maria José de Oliveira Lima. **Sigilo bancário e direito à intimidade**. Curitiba: Juruá, 2006.

RUIZ, Miguel Carlos. **La configuración constitucional del derecho a la intimidad**. Madrid: Tecnos, 1995.

ROVER, Aires Jose (org.). **Direito, sociedade e informática**: limites e perspectivas da vida digital. Florianópolis: Boiteux, 2000.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 4 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SILVA, Edson Ferreira da. **Direito à intimidade**. 2 ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 21 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

SZANIAWSKI, Elimar. **Consideração sobre os direitos da personalidade na Antiga Roma**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

TOBEÑAS, José Castan. **Los derechos de la personalidad**. Madrid: Instituto Editorial Reus, 1982.

WHITAKER, Maria do Carmo. **Proteção à intimidade na Internet**. Disponível em <<http://www.artigosintimidade.htm>>. Acesso em 28-07-2007 às 16h12min.

## **ANEXOS**

## GLOSSÁRIO

**@:** arroba. Sinal usado em endereços de correio eletrônico.

**Attachment:** envio de um arquivo associado a uma mensagem

**Browser:** Programa usado para navegar pela *Internet*. Navegador.

**Chat:** programa que permite a realização de conversas em tempo real por meio do teclado.

**Download:** transferência de um arquivo da *Internet* para um computador.

**E-commerce:** comércio eletrônico.

**Firewall:** dispositivo destinado a proteger contra invasões de *hackers* ou transmissões não autorizadas de dados.

**Hacker:** indivíduo capaz de desvendar códigos de acesso a computadores ou desenvolver vírus.

**Hipertexto:** recurso que liga partes de um documento ou um documento a outro.

**Home page:** página de entrada de um *site* ou página principal de uma seção.

**Host:** computador principal de um sistema de computadores. Hospedeiro.

**http:** protocolo que informa ao servidor como deve ser atendido o pedido do cliente.

**Internet:** rede mundial de computadores.

**Intranet:** rede interna de comunicações que usa a mesma tecnologia da *Internet*.

**IP:** endereço de um computador dentro da rede que permite identificá-lo, localizá-lo.

**Link:** vinculação entre objetos.

**Modem:** equipamento utilizado para transmitir e receber dados via *Internet*.

**Navegador:** programa utilizado para navegar na *web*.

**On-line:** designa toda transação entre computadores.

**Provedores:** revendem conexão à Internet aos usuários finais.

**Rede:** interconexão entre diversos computadores por meio de cabos, rádios ou satélite.

**Roteador:** encaminha pacotes de comunicação.

**Servidor:** programa responsável pelo atendimento a determinado serviço solicitado por um cliente.

**Site:** grupo de documentos relacionados e arquivos associados que residem em um servidor, tendo, em regra, uma *home page* como ponto inicial.



**WEB:** área da internet que contém documentos em formato de hipermídia, uma combinação de hipertexto com multimídia.

**WAP:** permite que o celular torne-se um terminal de acesso à *Internet*.

\* adaptado do glossário do Guia da Internet da Folha de São Paulo publicado em 20-10-1999, p. 06-08.